aps ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEGURADORES

Seguros & Cidadania

COVID-19: SOLIDARIEDADE NO ADN DAS SEGURADORAS

REVISTA #05 \ MAIO 2020

Siga-nos:
www.apseguradores.pt

Para ver e fazer downlodad desta revista online aceda às Publicações Periódicas, no site da APS.

Publicação
Rua Rodrigo da Fonseca, 41
1250-190 Lisboa

Design e paginação
Zincodesign

Produção
Tutti-Frutti

Tiragem
online

Depósito Legal
440692/18

maio 2020

04. EDITORIAL - ALEXANDRA QUEIROZ, DIRETORA GERAL DA APS

01. INSTITUCIONAL

06. ENTREVISTA A JOSÉ GALAMBA DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA APS
"SEMPRE FOMOS UM DOS SETORES MAIS BEM PREPARADOS PARA LIDAR COM SITUAÇÕES MAIS OU MENOS CATASTRÓFICAS"

02. DESTAQUE

12. SEGURADORAS LANÇAM FUNDO SOLIDÁRIO COVID-19
14. RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS SEGURADORAS:
FUNDAÇÃO LA CAIXA, FIDELIDADE, FUNDAÇÃO AGEAS E FUNDAÇÃO MAPFRE
28. "ESTE É O TEMPO DA CIÊNCIA" POR MIGUEL PRUDÊNCIO, INVESTIGADOR PRINCIPAL DO IMM – INSTITUTO DE MEDICINA MOLECULAR JOÃO LOBO ANTUNES
30. PEDRO LAINS, ECONOMISTA, APONTA LIÇÕES DA HISTÓRIA PARA A 'RECONSTRUÇÃO' ECONÓMICA
32. 3 PERGUNTAS A 3 ECONOMISTAS: LUÍS CABRAL, JOÃO DUQUE E JOÃO DUARTE
36. CRONOLOGIA: COVID-19, A HISTÓRIA DE UM VÍRUS DESCONHECIDO

03. SEGUROS EM NÚMEROS

40. SEGUROS EM NÚMEROS

04. NOTÍCIAS

44. 'EUROPEAN CUSTOMER SATISFACTION INDEX 2019' MOSTRA QUE PORTUGUESES ESTÃO SATISFEITOS COM SEGURADORAS
46. PRÉMIO ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEGURADORES DISTINGUE TRÊS TRABALHOS ACADÉMICOS
47. ACADEMIA PORTUGUESA DE SEGUROS INCORPORA NOVOS TEMAS NO PLANO DE FORMAÇÃO DA APS, EM 2020, E APOSTA NO E-LEARNING
48. JOSÉ GALAMBA DE OLIVEIRA ELEITO VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL DA CIP
49. NOVO INQUÉRITO DO INSURANCE EUROPE SOBRE PENSÕES:
QUASE METADE DOS EUROPEUS NÃO POUPA PARA A REFORMA

05. OPINIÃO

52. JOANA PETIZ - SUBDIRETORA DO DINHEIRO VIVO

06. A NÃO PERDER

53. "COVID-19 E O REGRESSO AO TRABALHO" POR DUARTE NUNO VIEIRA, PROFESSOR CATEDRÁTICO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, ESPECIALISTA EM MEDICINA DO TRABALHO E DIRETOR CLÍNICO DA SAFEMODE

Seguros & Cidadania

“The pessimist complains about the wind; the optimist expects it to change; the realist adjusts the sails.”

O pessimista reclama do vento; o otimista espera que ele mude; o realista ajusta as velas – citação atribuída a John Maxwell, mas também atribuída a William Arthur Ward.

De facto, em tempos pouco favoráveis ou de adversidade, podemos não fazer nada e reclamar de tudo e todos, podemos limitarmo-nos a manter o rumo, com o mínimo de mudança, esperando que o mundo melhore ou retorne ao normal anterior, ou podemos, com prudência, determinação e criatividade, tomar a iniciativa de acrescentar algo de novo, antecipando respostas adequadas às necessidades que os tempos que se aproximam tornarão evidentes.

E poucas vezes na História teremos passado por um período tão adverso e de rutura tão marcada como o que atualmente atravessamos. E poucas vezes foi tão importante “ajustar as velas” e fazer a vida acontecer.

Num setor de atividade especialmente bem preparado para avaliar riscos e tomar decisões que lhes façam face, o mais arriscado, hoje, pode ser o não arriscar. Mas, arriscar não significa agir com imponderação, insensibilidade ao risco ou falta de sentido de medida. Significa, sim, ter uma visão clara sobre o novo que se pretenda construir, a capacidade de monitorizar o que se vai fazendo e os seus resultados, bem como a humildade de corrigir, a tempo, o que possa não correr bem.

Ora, as empresas de seguros, elas próprias, e as suas equipas, afetadas também pela COVID-19, mostraram ser capazes de mobilizar todos os seus recursos para assegurar aos seus clientes, beneficiários de seguros e parceiros de negócio, durante este período excecional, a continuidade da satisfação dos seus compromissos e das suas operações.

Mobilizaram-se para lhes fornecer conselhos, serviços e produtos que os protejam e protejam os seus entes queridos e o património. Concederam moratórias e encontraram soluções flexíveis para garantir a continuidade das coberturas. Assumiram custos que, porventura, não estariam seguros. E não precisaram de nenhuma decisão legislativa para o fazer. Fizeram-no de imediato, porque são empresas sólidas, maduras, com grande sentido de solidariedade e de responsabilidade institucional e social e uma noção clara da importante função económica que lhes cabe desempenhar.

E por isso, também, numa demonstração de união e de responsabilidade coletiva e de compromisso para com o país e para com as pessoas mais afetadas por esta crise, constituíram um Fundo Solidário. Perante as inúmeras perdas de vidas humanas e perdas económicas que a atual crise tem gerado, este é um gesto que exprime o agradecimento pelo trabalho desenvolvido por aqueles profissionais que mais expostos estão à contração da doença porque continuaram a dar o seu melhor para nos proteger, tratar, acolher e confortar nos momentos mais difíceis.

Mas, os riscos associados à COVID-19 não eliminam os demais. Apenas adicionam complexidade ao quotidiano das pessoas e das empresas, tornando mais evidente a importância de dispor de adequadas soluções de cobertura dos riscos a que estamos expostos.

Há, por ora, menos acidentes com automóveis, mas provavelmente há muitos mais acidentes pessoais em casa. Damos mais uso à casa e, por isso, é provável que surjam mais imprevistos nas habitações, a carecer de serviços de assistência. Continuamos a poder ficar doentes e a necessitar de cuidados médicos, mesmo que não relacionados com a COVID-19. Os seguros de acidentes de trabalho continuam a funcionar mesmo em regime de teletrabalho. O risco de ataques cibernéticos aos sistemas das empresas ou aos computadores das pessoas terá aumentado no atual contexto. Os espaços comerciais continuam expostos ao risco de incêndio, roubo, tempestades, sismos, entre outros. As intempéries, se ocorrerem, continuarão a causar danos avultados, como sempre acontece. Num contexto de previsível condicionamento dos níveis de rendimento, a poupança individual, e os produtos a ela relativos, ganham uma importância acrescida.

Ora, o sistema segurador continua apto a garantir a cobertura de todos esses riscos e a disponibilizar, também, adequados produtos de poupança. E continua a apelar ao Governo para que implemente um sistema de proteção de riscos catastróficos, numa base de colaboração entre o Estado e as empresas de seguros, que tanta falta faz em contextos de catástrofe.

Mas, a crise também traz consigo oportunidades. E o futuro não vai ser uma mera projeção do passado recente. Vai ser o que soubermos e formos capazes de pensar e construir, numa postura de cooperação e solidariedade indispensável para a saída e superação da crise.

O setor não ficou nem vai ficar resignado perante os ventos adversos que sopram. Nem vai ficar parado à espera que os ventos mudem. E sabe que os mecanismos de seguro são, e serão cada vez mais, essenciais na resposta às necessidades de bem-estar dos cidadãos numa sociedade evoluída e solidária. E solidária não só na crise, como também nos tempos de bonança, sendo o seguro o instrumento ideal de realização dessa solidariedade antes que aconteça novo imprevisto.

Porque os tempos convidam à leitura e à reflexão, desejo a todos Boa leitura!

Alexandra Queiroz
DIRETORA GERAL DA APS

Hugo Amaral/ECO

José Galamba de Oliveira

PRESIDENTE DA APS

ENTREVISTA | APS

"Sempre fomos um dos setores mais bem preparados para lidar com situações mais ou menos catastróficas"

O presidente da APS, José Galamba de Oliveira, antecipa que o impacto económico da COVID-19 será o mais violento a que as sociedades assistiram. No entanto, defende ser prematuro quantificar o travão na atividade seguradora. Um setor que tem no ADN a gestão do risco. E, por isso, é um dos setores mais bem preparados para enfrentar situações catastróficas. Acredita que nada ficará como antes. E que o setor saberá dar os passos certos no digital, no teletrabalho e telemedicina.

AS SEGURADORAS RESISTIRAM À CRISE FINANCEIRA E ECONÓMICA DE 2017-2008. COMO SE PREVÊ A SAÍDA DESTA CRISE DE SAÚDE PÚBLICA – PANDEMIA COVID-19 – QUE TERÁ REFLEXOS NA ECONOMIA?

Esta crise de saúde pública, é uma crise sistémica e simétrica, com origem na propagação acelerada de um vírus totalmente desconhecido para a comunidade científica e para a qual a sociedade, no seu todo, não estava preparada. As medidas drásticas, com o foco na redução da propagação da epidemia, que as autoridades um pouco por todo o mundo levaram a cabo, causam uma paragem geral das economias. No mundo globalizado em que vivemos, e porque são medidas inéditas e nunca antes experimentadas, o seu impacto não é ainda mensurável – diria mesmo que podemos levar meses até termos uma perspetiva mais correta dos impactos, sejam eles económicos ou sociais. Uma coisa parece, desde já, certa: o impacto económico desta crise da pandemia COVID-19 será, seguramente, o mais violento vivido pela nossa sociedade desde que há memória.

COMO REAGIU O SETOR A ESTE ACONTECIMENTO?

O setor reagiu com prontidão a esta nova realidade, à semelhança de muitos outros acontecimentos. Atualizou os seus planos de contingência e de continuidade de negócio e foi tomando as decisões necessárias de acordo com esses planos, à medida que a pandemia se foi desenvolvendo em Portugal. Desde logo, houve uma grande preocupação em garantir a segurança dos seus colaboradores, clientes e parceiros. E ao mesmo tempo garantindo a operacionalidade dos seus serviços de modo a honrar os seus compromissos para com a sociedade, enquanto força estabilizadora na gestão de riscos. Nesse sentido, apesar de grande parte dos seus colaboradores estar em regime de teletrabalho, foram acionados novos processos e novas rotinas de modo a garantir um serviço com o mínimo de disrupções possível. Há, obviamente, áreas onde o impacto é maior que outras, por exemplo, na gestão de sinistros, em áreas mais afetadas pela propagação do vírus onde a disponibilidade de serviços no terreno tem limitações. Mas a reação, quer dos colaboradores do setor, quer dos clientes e parceiros, em geral, tem sido positiva.

A APS CRIOU UM FUNDO SOLIDÁRIO DE APOIO AOS FAMILIARES DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE E OUTROS QUE, DURANTE O PERÍODO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA E NO EXERCÍCIO DA SUA PROFISSÃO, TENHAM TESTADO POSITIVO A DOENÇA COVID-19 E, QUE POR ESSE MOTIVO, TENHAM FALECIDO. O VALOR É DE 1,5 MILHÕES DE EUROS. QUAL CONSIDERA SER O PAPEL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS SEGURADORAS, NESTE CONTEXTO PARTICULARMENTE DIFÍCIL?

O setor segurador não tem ficado alheio a este contexto particularmente difícil em que todos vivemos e nesse sentido, as seguradoras têm desenvolvido inúmeras ações de solidariedade com o objetivo de mitigar os efeitos desta crise junto daqueles que mais necessitam. E esta iniciativa do setor no seu todo, o Fundo Solidário, é mais uma demonstração desse compromisso das seguradoras com o nosso país e em especial para todos aqueles que no dia a dia ajudam a combater a doença COVID-19. Mas todas estas iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas no contexto desta crise, vêm apenas reforçar um papel de destaque enquanto agentes de responsabilidade social, que as seguradoras já vinham a demostrar na sociedade portuguesa, através da criação de iniciativas e programas de apoio aos mais desfavorecidos ou necessitados.

HÁ ALGUMA IDEIA, EM TERMOS GLOBAIS, SOBRE O IMPACTO DESTA TRAVAGEM A FUNDO DA ATIVIDADE ECONÓMICA NO SETOR DOS SEGUROS?

O impacto sente-se já nos contratos em vigor, com muitas pessoas e empresas a solicitarem a suspensão de contratos, redução e alargamento dos prazos para pagamento de prémios. Por outro lado, assiste-se, igualmente, a uma redução sensível na subscrição de novos seguros, que é mais evidente nuns ramos que noutros. Finalmente, e considerando que a carteira de seguros tem uma base importante de renovação anual, estima-se que o impacto nesta componente será tanto maior quanto maior for o impacto na economia. O fecho de empresas, o aumento do desemprego, as dificuldades de tesouraria das empresas e famílias, sentir-se-ão inevitavelmente na produção de seguro. Mas é ainda prematuro quantificar a dimensão do impacto desta travagem da atividade económica no setor segurador.

A SINISTRALIDADE AUTOMÓVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO, CERTAMENTE, VÃO DIMINUIR. HÁ ALGUMA ANTEVISÃO SOBRE A ESSA ESPERADA REDUÇÃO?

Esta é uma realidade que se sentiu durante a vigência do Estado de Emergência em Portugal. O número de novos sinistros, quer do ramo automóvel, quer do ramo de acidentes de trabalho, mostrou uma quebra significativa. Mas o custo médio dos sinistros, em contrapartida, vai aumentar devido às limitações que se verificaram no acesso aos prestadores de serviços das empresas de seguros. Por exemplo, um veículo pode demorar mais tempo a ser reparado porque muitas oficinas ou estiveram encerradas ou têm dificuldade em obter peças. Também na área da assistência clínica há dificuldades. Se um sinistrado que não conseguiu fazer as sessões de fisioterapia, vai demorar mais tempo a ficar recuperado. E mais tempo significa mais custo para a seguradora. Mas não temos ainda informação do mercado que permita quantificar estes números.

"O impacto económico desta crise da pandemia COVID-19 será, seguramente, o mais violento vivido pela nossa sociedade desde que há memória"

"É ainda prematuro quantificar a dimensão do impacto desta travagem da atividade económica no setor segurador"

E NA ÁREA DA SAÚDE: ESPERA-SE AGRAVAMENTO OU REDUÇÃO DA SINISTRALIDADE, NO IMEDIATO E A PRAZO, ATENDENDO A QUE OS CUIDADOS PROGRAMADOS, NÃO URGENTES, FORAM SUSPENSOS OU ADIADOS?

Na saúde foram, de facto, adiados muitos cuidados programados. Mas este adiamento não significa que deixe de ser um custo, significa apenas que chegará mais tarde quando se retomar a normalidade da vida. Por outro lado, as seguradoras colocaram no terreno serviços adicionais de apoio à pandemia (linhas de apoio médico, linhas de triagem, sites informativos, para dar alguns exemplos) e disponibilizaram-se para suportar os custos dos testes de diagnóstico sem copagamento. E o que estamos a antecipar é que os custos venham a subir porque as pessoas estão a adiar tratamentos e idas aos hospitais e aos médicos, o que pode resultar num agravamento da sua situação clínica e, logo, mais custos no futuro.

O NÃO PAGAMENTO EM TEMPO DOS PRÉMIOS IMPLICA, POR LEI, A CESSAÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO. ESTÁ PREVISTA ALGUMA MEDIDA DE EXCEÇÃO QUE EVITE QUE TAL POSSA ACONTECER, SE SE VERIFICAREM, COMO SE ADMITE QUE POSSA ACONTECER, ATRASOS SIGNIFICATIVOS DE PAGAMENTO POR PARTE DE EMPRESAS E FAMÍLIAS?

As seguradoras mostraram-se disponíveis desde o primeiro momento para estudar, caso a caso, as situações de clientes (empresas e/ou famílias) que, por dificuldades de liquidez, se viram fortemente limitados na sua capacidade de pagar os prémios de seguro nos prazos devidos e, assim, encontrar as melhores soluções para que a proteção do seguro se mantivesse. E assim, mesmo sem necessidade de qualquer novo diploma legal, foram efetuando moratórias, ajustando prémios, ajustando coberturas, suspendendo contratos, sempre numa postura de grande flexibilidade, em estreita articulação com os clientes e com a imprescindível colaboração dos mediadores de seguros que estiveram sempre em contacto e muito próximos dos tomadores de seguros. Mais recentemente, foi publicado um decreto lei que vem precisamente colocar a tónica e reforçar a importância das soluções negociadas caso a caso, e estabelecer uma regra padrão que servirá de referência, quando não haja possibilidade de efetuar essa negociação caso a caso, mas muito alinhada com aquela que estava a ser a prática das seguradoras.

OS RESULTADOS DAS EMPRESAS DEPENDEM MUITO DA SINISTRALIDADE, MAS TAMBÉM DOS GANHOS, OU PERDAS, OBTIDOS NA ÁREA FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS. A SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA É SUFICIENTEMENTE SÓLIDA PARA ACOMODAR A QUEDA DOS TÍTULOS COTADOS EM BOLSA E PREVISIVELMENTE DO VALOR DE OUTROS ATIVOS FINANCEIROS OU DE OUTRA NATUREZA?

A componente financeira tem dado uma contribuição importante para os resultados do setor, embora a dependência nessa contribuição tenha sido substancialmente menor nos últimos anos, fruto do ambiente de baixas taxas de juro de longo prazo. O setor entrou em 2020 com rácios de solvabilidade confortáveis, mas esta crise sanitária e económica provocou já quebras significativas nos mercados financeiros e traz, por isso, novos desafios ao setor. De qualquer forma, é de salientar que o exigente regime de solvência, definido pela Diretiva Comunitária de Solvência II, existe precisamente para poder acomodar situações de stress como a que vivemos e que, esperamos, possa ser temporária.

ESPERA QUE, MAIS UMA VEZ, O SETOR VOLTE A MOSTRAR A SUA BOA RESILIÊNCIA ÀS CRISES, COMO ACONTECEU NA ANTERIOR CRISE (FINANCEIRA), PESE A DIVERSA NATUREZA DESTA?

Espero, sim. Este é um setor que, historicamente, tem demostrado uma enorme capacidade de resiliência face a crises de natureza diversa. Tem no seu ADN a gestão de riscos. Somos um dos setores mais bem preparados para lidar com situações mais ou menos catastróficas.

ESPERA RECUEMOS A 2019. QUAIS OS RESULTADOS GERADOS PELAS EMPRESAS ESTABELECIDAS EM PORTUGAL?

Os resultados do setor em 2019 ascenderam a cerca de 344 milhões de euros. Foi um ano muito difícil em que se assistiu uma quebra de 5,7% na produção total face à verificada em 2018, quebra essa com origem no Ramo Vida. O já longo período de baixas taxas de juros que presenciamos não permite uma oferta com rentabilidades atrativas o que, conjugado com a inexistência de estímulos à poupança, levou a uma queda na nova produção na ordem dos dois dígitos. Já nos Ramos Não Vida assistimos, novamente, a crescimentos em todos os principais ramos, muito alinhados com os dois anos anteriores.

HÁ, NO ATUAL CONTEXTO, ALGUMA EXPECTATIVA FUNDADA SOBRE O QUE POSSAM VIR A SER OS RESULTADOS DE 2020?

Neste momento de total imprevisibilidade sobre a evolução da epidemia COVID-19 e do seu impacto, quer na economia, quer nos mercados, a única expectativa que se pode adiantar é, também, a da imprevisibilidade na dimensão da quebra nos resultados.

A ATIVIDADE SEGURADORA, PESE PONTUAIS QUESTÕES DE CONCORRÊNCIA, É RECONHECIDA POR SER UMA ATIVIDADE NA QUAL A COMPETIÇÃO SOBRESSAI, REVELANDO-SE MESMO, POR VEZES, MUITO AGRESSIVA EM TERMOS DE PREÇO. COMO TEM SIDO POSSÍVEL COMPATIBILIZAR ESSE ESPÍRITO DE SAUDÁVEL COMPETIÇÃO ENTRE OS OPERADORES COM O SENTIDO DE COOPERAÇÃO INDISPENSÁVEL AO BOM E SÃO FUNCIONAMENTO DO MERCADO?

Existe uma consciência clara entre todos os operadores de que há matérias que são concorrenciais e outras onde faz sentido cooperar, de modo a conseguir sinergias em termos de eficiência operacional ou eficácia de processos, resultando em benefícios para os clientes, sejam eles empresas ou famílias. E cabe aqui salientar o papel que a APS tem na promoção desta cooperação, enquanto fórum de debate e partilha de soluções que facilitem estes objetivos.

"As seguradoras já se mostraram também disponíveis para estudar, caso a caso, as situações de clientes (empresas e/ou famílias) que, por dificuldades de liquidez, se vejam fortemente limitados na sua capacidade de pagar os prémios de seguro nos prazos devidos e, assim, encontrar as melhores soluções para que a proteção se mantenha"

Hugo Amaral/ECO

"Este é um setor que, historicamente, tem demostrado uma enorme capacidade de resiliência face a crises de natureza diversa. Tem no seu ADN a gestão de riscos. Sempre fomos um dos setores mais bem preparados para lidar com situações mais ou menos catastróficas"

Hugo Amaral/ECO

CUMPRE O SEGUNDO MANDATO. COMPARA AS RELAÇÕES ENTRE OS OPERADORES COM O QUE SE PASSA NOUTRAS ATIVIDADES QUE CONHEÇA? E NO PLANO ASSOCIATIVO: COMO IMAGINA O PAPEL DA APS NO FUTURO?

Não sendo, seguramente, o único setor em que as boas relações entre os operadores possam ser evidenciadas, vale a pena salientar o prestígio e a referência que a APS é hoje no mundo associativo, situação que só foi conseguida pela boa cooperação entre os seus Associados ao longo dos seus 38 anos de existência.

Olhando para a frente, a APS continuará proactivamente a procurar áreas de cooperação para aprofundar, tendo em consideração as diversas dinâmicas da nossa sociedade – uma sociedade envelhecida a viver novos desafios: o desafio climático, das novas tecnologias, da mobilidade urbana, para dar alguns exemplos.

OLHEMOS PARA O FUTURO DA SOCIEDADE E DO SETOR. TUDO FICARÁ COMO DANTES? OU É UMA OPORTUNIDADE PARA UMA MUDANÇA RADICAL DA FORMA COMO VIVEMOS?

Não ficará tudo como dantes. A história mostra-nos que estes eventos, mais ou menos disruptivos, as crises mais ou menos catastróficas abrem novas oportunidades para a sociedade. Esta crise que estamos a viver abriu as portas à utilização massiva do mundo digital, seja através das ferramentas do teletrabalho, seja das compras online, seja até da própria divulgação da informação. E alertou-nos para as nossas próprias limitações, apesar de todo o desenvolvimento científico e tecnológico a que assistimos. No final do dia, acredito também que daremos um valor diferente à vida, às relações humanas, à solidariedade entre todos nós, e que necessitamos de trabalhar todos mais em conjunto na procura de soluções para preservar o nosso planeta.

O TELETRABALHO PODERÁ DESEMPENHAR, DAQUI PARA A FRENTE, UM PAPEL QUE NÃO TINHA SIDO FEITO ATÉ ENTÃO. ESTARÁ O SETOR PREPARADO?

O teletrabalho não é uma realidade nova. É já muito utilizado em determinados países e culturas, por exemplo no mundo anglo-saxónico e nórdico. O que esta crise demonstrou foi a oportunidade de estender esta realidade a todas as sociedades desenvolvidas e aos mais variados setores de atividade, com vantagens tão diferentes como conseguir um melhor equilíbrio entre a vida pessoal e profissional dos colaboradores ou com uma redução nas emissões de carbono pela redução das viagens para o local de trabalho ou para reuniões internacionais. Para o setor segurador, esta é também uma nova realidade que está a ser comprovada neste preciso momento e que creio que será mais utilizada pelos operadores, nos mais diversos setores da atividade económica, mesmo numa situação de regresso à normalidade.

E NA TELEMEDICINA E TELECONSULTA, COMO IRÁ O SETOR AGIR OU REAGIR?

Iremos seguramente verificar que também estas novas ferramentas irão ser mais utilizadas pelos prestadores de serviços de saúde. Muitos destes prestadores estavam já a efetuar investimentos nestas áreas e esta crise veio acelerar uma utilização mais alargada destas tecnologias, também porque esta crise ajuda a quebrar a resistência à mudança por parte dos seus clientes – já que, nesta altura, esta é a única forma de obterem cuidados de saúde.

MAIS DO QUE NUNCA A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PODERÁ DAR PASSOS DE GIGANTE EM TODOS OS SETORES. COMO É QUE OLHA PARA ESTA QUESTÃO?

A inteligência artificial é toda uma nova realidade tecnológica, disponível nos mais variados setores de atividade, que visa disponibilizar soluções preditivas para o dia a dia das empresas e das famílias. Mas é uma realidade fluída, todas os dias há novas descobertas e novas realidades, muito alavancadas na grande quantidade de dados e informação acumulada, mas que está desestruturada. Com a ajuda de algoritmos computacionais cada vez mais sofisticados, vai ser possível utilizar modelos preditivos de baixo custo cada vez mais completos nos mais variados contextos empresariais ou familiares.

POR FIM, COMO SE ADAPTAM AS SEGURADORAS A UM MUNDO COM UMA NOVA MOBILIDADE? POR FIM, COMO SE ADAPTAM AS SEGURADORAS A UM MUNDO COM UMA NOVA MOBILIDADE?

As seguradoras estão obviamente atentas a todas estas novas tendências de mobilidade que as novas tecnologias e as mudanças comportamentais dos consumidores nos trazem. Adaptam-se, procurando antecipar a evolução destas tendências, de modo a disponibilizar novas soluções de proteção para ir ao encontro das expetativas e necessidades dos consumidores.

"Neste momento de total imprevisibilidade sobre a evolução da epidemia COVID-19 e do seu impacto, quer na economia, quer nos mercados, a única expectativa que se pode adiantar é, também, a da imprevisibilidade na dimensão da quebra nos resultados"

SEGURADORAS COM FUNDO SOLIDÁRIO PARA AJUDAR FAMILIARES DAS VÍTIMAS DE COVID-19

Dotação de 1,5 milhões de euros servirá para compensar os familiares de profissionais que tenham morrido devido a contaminação por COVID-19

As seguradoras que operam em Portugal constituíram um Fundo Solidário no valor de 1,5 milhões de euros para apoiar os familiares de vários setores que, durante o período do estado de emergência e no exercício da sua profissão ou de missão voluntária, tenham testado positivo para a doença COVID-19, e, em consequência dela, tenham falecido ou venham a falecer.

Constituído na Associação Portuguesa de Seguradores (APS), o Fundo Solidário destina-se a financiar a atribuição de compensações extraordinárias, de natureza excecional, a familiares de profissionais da área da saúde, da medicina legal, das farmácias, da investigação científica ou que trabalhem em laboratórios de análise na área da microbiologia, infecciologia e epidemiologia ligados à COVID-19.

Inclui ainda os profissionais de gestão e manutenção de infraestruturas críticas de saúde e de suporte e apoio aos profissionais de saúde, tais como transporte de produtos biológicos destinados à avaliação laboratorial e tratamento de resíduos hospitalares.

Abrange igualmente os profissionais das forças e serviços de segurança e de socorro, bombeiros voluntários e os profissionais das Forças Armadas, da emergência médica e da proteção civil, e ainda os profissionais e voluntários das atividades de apoio a lares de idosos e dos serviços funerários.

Os critérios de atribuição das compensações do Fundo Solidário foram definidos por uma equipa liderada por Pedro Romano Martinez, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Para que os familiares possam recorrer a este fundo solidário da APS, os profissionais têm de ter registo de teste positivo para COVID-19, no período entre 1 de março e 16 de maio de 2020; ter sido referenciados para tratamento pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) ou pelos hospitais privados; e ter morrido, ou morrer, no período compreendido entre 2 de março e 2 de agosto de 2020.

Podem socorrer-se deste apoio os cônjuges ou unidos de facto, os descendentes a cargo da vítima, até aos 25 anos, e os ascendentes ou outros familiares a cargo da vítima.

O valor a atribuir estará sujeito a diversas ponderações, que poderão implicar majoração ou diminuição no valor a pagar, tais como o número de membros do agregado familiar, o grau de dependência económica da vítima, as idades dos beneficiários e a sua situação financeira.

A compensação é paga em capital, mas, sempre que as circunstâncias o aconselhem, poderá também ser fixada em renda.

Os serviços da APS recebem a informação dos beneficiários, através do envio de formulário disponível no portal da Associação Portuguesa de Seguradores, na internet.

COVID-19: SOLIDARIEDADE NO ADN DAS SEGURADORAS

A solidariedade está no ADN do setor. A emergência da pandemia da COVID-19 não parou o lado solidário das seguradoras. Antes, reforçou. Entre os múltiplos exemplos existentes e as mais variadas manifestações, no terreno, levadas a cabo por diversas seguradoras, a Revista Seguros & Cidadania mostra o que faz a Fundação la Caixa, Fidelidade, Fundação Mapfre e Fundação Ageas. Um trabalho desenvolvido no apoio às instituições do terceiro setor, à investigação, saúde, ciências, cultura e educação. Uma responsabilidade social com a comunidade onde se inserem que abrange jovens, idosos e quem necessita de cuidados especiais.

Habituadas à gestão do risco, criaram, desde a primeira hora, planos de contingência para, por um lado, garantir todas as condições para que os colaboradores prosseguissem a atividade em teletrabalho e em segurança e, por outro, manter a relação de confiança com os clientes.

Ser solidário está no ADN do setor. Uma caraterística que se reforçou com a emergência da crise da COVID-19. A disrupção, criada pela pandemia nos mais diversos setores da atividade económica e social, mostrou que, em momentos de crise, as seguradoras podem assumir-se como um porto de abrigo.

A revista Seguros & Cidadania mostra alguns dos inúmeros projetos levados a cabo pelo setor segurador, no âmbito da responsabilidade social, desvendando nesta edição o trabalho desenvolvido pela Fundação la Caixa, Fidelidade, Fundação Mapfre e Fundação Ageas nas áreas sociais, no apoio a instituições do terceiro setor, na investigação, saúde, ciência, cultura, educação e envolvimento com a comunidade e projetos destinado a jovens, idosos e pessoas com necessidades especiais. Sem esquecer o que desenvolveram, especificamente, para esta crise de saúde pública.

A pandemia do novo coronavírus e as suas consequências abriram a porta a diversas respostas e soluções apresentadas pelo braço armado da Responsabilidade Social das seguradoras.

Ser solidário está no ADN do setor. Uma caraterística que se reforçou com a emergência da crise da COVID-19. A disrupção, criada pela pandemia nos mais diversos setores da atividade económica e social, mostrou que, em momentos de crise, as seguradoras podem assumir-se como um porto de abrigo.

A Fundação la Caixa, respondeu a um desafio colocado pelo CeiiA – Centro de Engenharia e Desenvolvimento e "comprou 25 ventiladores, oferecidos aos hospitais de acordo com as necessidades", anuncia Artur Santos Silva, curador da **Fundação la Caixa Portugal**. Pegou igualmente, numa "convocatória" já existente, Caixa Impulse (2015), e acrescentou **Caixa Impulse COVID-19**. "Envolve equipas de investigação, entidades públicas ou sem fins lucrativos, universidade, centros de investigação, hospitais com abordagens inovadoras direcionadas para prevenir, tratar, diagnosticar e monitorizar a COVID-19", explica o responsável. "Até meados de maio serão escolhidos os vencedores. Em princípio, cada equipa terá 300 mil euros e será feita a escolha até cinco projetos, só de equipas ibéricas", relata.

"Portugal em Cena", juntou la Caixa, à Fidelidade e à Fundação Ageas, entre outras empresas, num *marketplace* digital que procura prestar apoio a pessoas e equipas de projetos de criação cultural.

A **Fidelidade**, por sua vez, através do Grupo FOSUN, **"entregou equipamentos de combate ao COVID-19 para os profissionais da Saúde"**, refere Ana Fontoura, responsável Gabinete de Responsabilidade Social. Paralelamente, através da Multicare, estabeleceu um acordo com a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP), para **assistir os seus segurados que não tenham sido referenciados pelo Serviço Nacional de Saúde**, aliviando, desta forma, os hospitais públicos.

A **Fundação Ageas** efetuou "donativos na plataforma **GoParity**, na campanha STOP COVID-19, para aquisição e doação de equipamentos de proteção individual a centros de saúde e hospitais para o tratamento e controlo do COVID-19", enuncia Célia Inácio, presidente da Fundação Ageas.

A iniciativa **"Adota um avô - Chamada Amiga"** que "coloca voluntários da Fundação Ageas em contacto com idosos, em confinamento"; e a parceria com o **Movimento SOS Vizinho** – entrega de bens essenciais a grupos de risco – assim como o apoio à AMI – **"Os AMIgos são para as ocasiões"**, a "angariação de fundos para que voluntários comprem e entreguem alimentos e outros bens essenciais aos mais vulneráveis" e um "plano de apoio e entrega de alimentos aos sem-abrigo", em conjunto com "três instituições responsáveis por distribuir refeições no Porto, Lisboa e Funchal", são as principais linhas de atuação da Fundação Ageas "para mitigar os impactos nas comunidades".

João Gama, diretor de marketing da Mapfre comenta a fase atual que o mundo vive e como a Fundação se está a destacar. "Agora que vivemos esta situação difícil e sem precedentes, a **Fundação MAPFRE** colocou em marcha um plano de atuação internacional e está, efetivamente, a ser um agente ativo na luta contra a COVID-19, a nível mundial".

Em Portugal doaram "cerca de 200 mil euros" para ajudar no combate à COVID-19, com várias ações a nível nacional. Foram entregues "quase duas toneladas de material de proteção individual para o Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, entre máscaras, luvas, viseiras e fatos de proteção".

Já a nível mundial, o grupo MAPFRE, através da Fundação MAPFRE, destinou 35 milhões de euros para apoiar vários projetos de combate à pandemia. Um valor que se divide pela doação de 20 milhões para compra de ventiladores, material médico e de proteção em 27 países, 5 milhões de euros para o Conselho Superior de Investigações Científicas para acelerar a investigação de uma vacina para a COVID-19 e 10 milhões de euros para assistência psicológica, bens de primeira necessidade, ajudas à recuperação de emprego em Espanha, "um dos países mais afetados por esta pandemia". Por fim, "a participação no financiamento do fabrico de um protótipo de ventilador, projetado pela The Open Ventilator, uma equipa de investigadores espanhóis, que graças ao apoio da Universidade Rey Juan Carlos, permitirá a produção em massa de ventiladores funcionais, a baixo custo e sem fins lucrativos".

"A questão dos mais velhos é o maior problema do nosso tempo"

"A Fundação la Caixa é, na Europa continental, a maior fundação em capitais próprios e em orçamento anual. A Wellcome Trust (Reino Unido) é maior e financia, essencialmente, investigação científica". Partindo deste ponto, Artur Santos Silva introduz a conversa sobre o peso e áreas de atuação da fundação espanhola, que entrou em Portugal em 2018, na sequência da aquisição do controlo do BPI pelo CaixaBank (no qual a Fundação la Caixa detém 40%) e sobre que papéis estão reservados às fundações, nos dias de hoje.

"Desde sempre, a Fundação tem estado dominantemente dedicada a resolver problemas sociais, contribuindo para melhorar a situação das camadas mais vulneráveis da sociedade. Na altura, quando foi criada, no início do século XX, centrou-se em proporcionar pensões aos trabalhadores com salários mais baixos e a ajudar a resolver as grandes questões sanitárias, como a tuberculose ou o apoio a cegos e a outras incapacidades, em áreas que não tinham as respostas adequadas da sociedade", relembra o Curador da Fundação. Também a defesa dos direitos da mulher fazia, igualmente, parte do sumário de ação.

"Há três anos, o orçamento cifrou-se nos 500 milhões de euros, tendencialmente repartidos: 60% na área social; 20% na Ciência; e 20% na educação e cultura. Decidiu-se, então, aumentar o apoio à Ciência", que se elevou de 30 milhões para atingir 90 milhões em 2020.

Na área social, o core de atuação apoia os extremos na idade. Os mais novos, em situação de pobreza e os mais velhos (os *mayores* de idade, um tratamento "mais simpático", assim se denominam os idosos, em Espanha), através dos programas **Proinfância** e **Mayores**, apoiando, de forma estável, instituições do terceiro setor escolhidas através de concurso e dedicadas a essas áreas da sociedade. Para Artur Santos Silva, "todas as instituições de ação social, que trabalham com problemas da sociedade, deverão considerar que a questão dos mais velhos é o maior problema do nosso tempo", frisa. "Tem de haver um sistema de acompanhamento dessas instituições e um esforço enorme da sociedade, poder central, autarquias, instituições do terceiro setor, para dar atenção às respostas dos problemas dos mais velhos", sustenta. "Temos, também, privilegiado intervir, apoiando instituições do terceiro setor e do esforço de capacitação dessas organizações", recorda.

"Esta crise [pandemia da COVID-19] veio demonstrar que a maior fragilidade da nossa sociedade é a maneira como os mais velhos são tratados e abandonados à solidão", lamenta.

Antecipando que caminhos podem ser trilhados pelas mais diversas fundações, garante que, no caso da la Caixa, "a área social continuará a ser dominante, embora o apoio à investigação científica, em especial com impacto na saúde, vá, tendencialmente, aumentar, porque constitui um determinante elevador social, na medida em que possa contribuir para melhorar a qualidade da saúde de todos", relembra.

FUNDAÇÃO LA CAIXA

Artur Santos Silva

Membro do Conselho de Curadores e responsável pela coordenação das suas atividades em Portugal

A pandemia veio criar uma oportunidade de cruzamento global de conhecimento e de ação. "Em todos os domínios da vida, a colaboração é fundamental. No caso da investigação científica, a cooperação entre investigadores de diferentes equipas é desejável, sendo mesmo estimulada pelas políticas europeias. Há, hoje, mais cooperação transversal em projetos de investigação e é natural que os problemas da saúde global mobilizem mais as fundações, que, colaborando, podem fazer muito mais", opina.

Nesta ótica de partilha na intervenção da Fundação, recorre a um exemplo do que estão a fazer: "Temos um projeto de investigação que tem a ver com o impacto da mobilidade social nas questões da saúde, o que claramente aconteceu com a propagação da COVID-19, frisa. Esta iniciativa, junta a Fundação la Caixa com a Nordisk Foundation, a Wellcome Trust e a Fundação Volkswagen", revela.

CONVOCATÓRIAS EM CINCO ATOS

"Quando o CaixaBank entrou no capital do BPI, a "Fundação decidiu prestar a Portugal um apoio proporcional ao peso do BPI, face ao CaixaBank em Espanha. Como tal relação era de 1 para 10, definiu-se que iniciaria atividades com um orçamento de 10 milhões, em 2018, para ir gradualmente aumentando, 20 milhões em 2019, 30 milhões em 2020, atingindo, em 2022, em velocidade de cruzeiro, 50 milhões", explica.

Em 2018, "ao abrigo do apoio à investigação em saúde nas áreas de doenças oncológicas, cardiovasculares, neurodegenerativas e infeciosas, foi lançado um concurso anual para os vinte melhores projetos. Portugal entrou logo a beneficiar no primeiro comboio", aponta. "Foi, então, apresentado ao Ministro da Ciência que decidiu, através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, duplicar o apoio que fosse obtido por investigadores portugueses. Nesse primeiro concurso, "das mais de 600 candidaturas ibéricas, foram selecionados quatro projetos portugueses que se seguiam na avaliação e, igualmente, classificados como excelentes. Assim, vieram a ser selecionados oito projetos portugueses, sendo quatro financiados pelo concurso e quatro pela FCT".

"A Fundação trabalha com instituições do terceiro setor, escolhidas através de concurso, na base de programas a longo prazo, bem como na seleção anual de projetos em determinadas áreas sociais prioritárias. Não há um guichet sempre aberto, em que as entidades interessadas apresentem os seus projetos e os seus pedidos de apoio. Há oito convocatórias todos os anos, de acordo com a natureza dos projetos, sendo selecionadas umas dezenas de instituições em cada uma das áreas", assegura.

Santos Silva, recua ao tempo da crise financeira. "Em 2008, arrancámos (BPI) com uma iniciativa semelhante, o **Prémio Capacitar**, destinado a selecionar, anualmente, instituições do terceiro setor que apoiassem pessoas com incapacidade física, psíquica e mental. Mais tarde, foi lançado o **Prémio Seniores**, destinado a beneficiar pessoas de idade mais avançada e, por fim, o **BPI Solidário**, destinado a financiar projetos de combate à pobreza". Com a entrada em Portugal da Fundação la Caixa, "os Prémios passaram a ser por ela totalmente financiados", sublinha.

"Em vez de três prémios anuais de 500 mil euros cada, foram criados mais dois: o **Proinfância** e o **Rural**. O **Proinfância** passou a contemplar projetos de instituições que apoiem crianças e jovens em situação de pobreza, anteriormente financiados através do **BPI Solidário**. O **Rural** dá apoio a entidades do terceiro setor a atuar no desenvolvimento em economias de base rural. Ao todo, temos, hoje, cinco prémios, cada um apoiando anualmente cerca de 25 instituições". Há, assim, uma "aposta numa maior e melhor oferta das convocatórias. De três passamos a ter cinco, e de 500 mil euros para 750 mil em cada uma, isto é, de um total anual de 1,5 milhões, passamos a investir 3,75 milhões de euros", refere.

Em Espanha, a área social continua a dominar as atenções, tal como acontecerá em Portugal. "O programa **Proinfância** (que absorve 10% do orçamento, isto é, mais de 50 milhões de euros, destina-se a financiar o desenvolvimento de crianças e jovens até aos 18 anos, através da oferta de melhor educação, saúde e bem-estar. O programa **Pessoas Mayores** aposta no envelhecimento ativo, no apoio à saúde e bem-estar, e dispõe de conteúdos que proporcionam o acesso dos mais velhos às tecnologias do mundo digital, que igualmente são utilizadas para contactar telematicamente com os seus", refere Artur Santos Silva.

Em Portugal, o programa **Proinfância** está "a dar os primeiros passos", depois de iniciado no final de 2019 o diálogo com as Câmaras Municipais do Porto e Lisboa, preparando o lançamento de projetos-piloto. "Foram escolhidas três zonas mais problemáticas em cada uma das cidades. No Porto, Campanhã, Ramalde e Lordelo do Ouro; e, em Lisboa, Marvila, Santa Clara e Penha de França", descreve. Se, na Invicta, o protocolo foi assinado, na Capital, foi adiado por causa da emergência da COVID-19. "Vamos trabalhar com instituições do terceiro setor, escolhidas através de concurso, que acompanharão 50 famílias em cada freguesia, apoiando crianças e jovens em situação de pobreza. Trata-se de projetos, cujos resultados irão permitir o seu alargamento a todo o país", garante Santos Silva.

"O programa **Séniores** será 'o senhor que se segue'. Ainda este ano, assim espero, e igualmente com projetos experimentais em Lisboa e no Porto" refere.

A BANDEIRA DOS CUIDADOS PALIATIVOS

Os Cuidados Paliativos têm sido "uma bandeira da Fundação, em Espanha, na última década, e são uma das prioridades de ação da Fundação la Caixa, em Portugal. Temos o apoio de uma consultora, que é uma respeitada especialista, a professora Bárbara Gomes, que colaborou no desenho do Programa Humaniza, de apoio a doentes de cuidados paliativos", destaca.

"Recentemente, oferecemos *tablets* a todas as 54 equipas de Cuidados Paliativos do nosso Sistema de Saúde (dez das quais, as EAPS, escolhidas através de concurso lançado pela Fundação e por ela financiadas). Neste momento, estamos a concluir o lançamento de uma nova distribuição de mais de cem *tablets*, destinados a todas as unidades de Cuidados Continuados, desde as existentes na rede das Misericórdias, até às que funcionam noutras unidades do Sistema de Saúde, com o mesmo objetivo, isto é, para que as famílias mantenham um contacto permanente com os pacientes", nota.

Para o fim, Artur Santos Silva refere os acordos que estão a ser finalizados com instituições da área do Teatro e da Música, em todo o território nacional, bem como a adesão, desde a primeira hora, à plataforma Entra em Cena, lançada pelo Ministério da Cultura para apoiar novas iniciativas dos nossos criadores culturais em todas as áreas.

Finalmente, referiu, ainda, o **Programa Promove** que financia, a fundo perdido, projetos-piloto nas áreas com mais baixo PIB per capita, do Nordeste ao Baixo Alentejo. Vai ser lançada a 3ª edição; na primeira foram financiados cinco projetos (entre 28 concorrentes), com o valor investido de 500.000 euros; na 2ª Edição, foram distinguidos oito projetos (entre 42 concorrentes) e, pela primeira vez, foram ainda distinguidas sete ideias, a converter em projetos (estas apresentadas por 16 concorrentes estudantes do ensino superior) com perto de um milhão de euros. O orçamento para a 3ª Edição será da ordem de 1,2 milhões de euros. "Para este ano, estamos a estudar com o Ministério da Ciência a possibilidade de alavancar a mais projetos-piloto, envolvendo a FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia.

FIDELIDADE

Ana Fontoura

Gabinete de Responsabilidade Social da Fidelidade

"As seguradoras sempre foram muito solidárias"

"As seguradoras sempre foram muito solidárias. Desde sempre. É impossível só ver o negócio. Lida com pessoas. Todos os dias." Ana Fontoura, diretora do Gabinete de Responsabilidade Social do Grupo Fidelidade, aborda, inicialmente, o papel do setor antes de se pronunciar sobre o que a seguradora, fundada em 1808, faz em concreto.

Do geral, para o particular, solta um elogio em causa própria. "Esta companhia é muito humana. Vendemos serviços que impactam 24h na vida das pessoas. Viagens, trabalho, vida e desporto", enumera.

Introdução feita, recua à origem de tudo o que desenvolve. "Em 2007, baseado num *survey* de colaboradores, tínhamos umas ideias de dar voz aos nossos colegas e sensibilizá-los para a sustentabilidade. Mas não sabíamos como montar um programa de Responsabilidade Social. Contratámos a consultora Sair da Casca, recorda a responsável.

"Fez-se o caminho do deserto. Consulta de *stakeholders*, fornecedores, Comissão Executiva, parceiros e colaboradores. Da conversa, montámos a estratégia. Dividida por projetos e foi assim durante anos. A ideia era um programa para dentro e para fora", resume.

A crise das dívidas soberanas obrigou, no entanto, a empresa a virar-se mais para dentro. Para as ações internas.

Num salto que levou quase 10 anos, "em 2016, olhámos, de novo, para o que estávamos a fazer", adianta. E o programa de Responsabilidade Social foi reorganizado. Com um braço de atuação externo e outro interno.

O PRÉMIO DEU O PONTAPÉ DE SAÍDA PARA A COMUNIDADE FIDELIDADE

O **Prémio Fidelidade Comunidade** é o *ex-líbris*. O mais mediático. "Vamos para a 4ª edição. Apoiamos instituições de solidariedade social nas áreas de envelhecimento, prevenção em saúde e inclusão social", sublinha. O montante global cifra-se nos 500 mil euros/ano. O apoio atribuído pela Fidelidade não ultrapassa 50 mil euros a cada uma das instituições, e já contamos com 56 instituições nesta nossa Comunidade.

"Este ano terá um novo formato. Mais dinheiro, mais impacto e maior duração e tranquilidade para trabalhar. É a nossa bandeira", desvenda, Ana Fontoura. "Queremos continuar a construir a Comunidade Fidelidade. Qualquer dia, teremos 100 instituições apoiadas", antecipa.

Mas o trabalho não se fica por aqui. "Sempre fizemos muito, mas não era conhecido", reconhece. Levanta o véu e desvenda outros campos de atuação. A outra vertente são os donativos. Instituições a quem apoiamos pontualmente, fora do Prémio.

Destaca a doação de salvados à **ENTRAJUDA**, um inovador projeto na área social, que identifica as necessidades de entidades carenciadas e faz a ponte com o que é disponibilizado pela seguradora. "Temos imensas sinergias com as empresas do grupo que nos acompanham nestas iniciativas", reforça.

Deixa uma nota final para a quota anual que tem como destino o **Programa abem, da Associação Dignitude**, um fundo que pretende dar resposta aos problemas de acesso ao medicamento, garantindo que todos os portugueses podem ter acesso aos medicamentos comparticipados que lhe são prescritos..

A nível cultural, para além do **Projeto Fidelidade Arte,** espaço de Arte Contemporânea em pleno Chiado, aberto ao publico gratuitamente, destaca o apoio ao Projeto Manicómio, criado pelas mãos de Sandro Resende. "Teve a ambição de descobrir artistas no Júlio de Matos e pô-los a trabalhar no coworking do Beato". Um projeto tão inovador e tão importante para estas pessoas que através da sua arte integram o mercado de trabalho.

"HÁ MUITA GENTE A FAZER TRABALHOS INCRÍVEIS. COM NADA. TÊM QUE SER AJUDADAS"

Das tradicionais formas de apoio na responsabilidade social, deixa uma leitura pessoal. "Há que abandonar a história do cheque. Temos de nos envolver e descobrir formas de apoiar estas pessoas que dedicam a sua vida aos mais carenciados."

Antes de particularizar o trabalho feito dentro e para dentro de "casa", relembra que, na Fidelidade, "andamos sempre preocupados em facilitar a vida dos nossos colaboradores e fazer uma quebra no seu dia de trabalho", frisa. Através de um site próprio "trazemos assuntos que tornam a sua vida mais colorida e que contribuem para um ser humano mais sensível ao próximo e mais conhecedor do que o rodeia – Fidelidade Comunidade é o nome do nosso Programa de Responsabilidade Social".

Paralelamente "lançámos em 2013, o programa **NOS – Apoio Social** que apoia qualquer situação de aflição de um qualquer colaborador. Temos 3500 funcionários. Temos tudo: doenças, divórcios, depressões, falta de liquidez,", enumera. "Quando começou, pouca gente aderiu. Ficámos preocupados! Depressa percebemos que havia receio da eventual exposição e que as situações fossem conhecidas", recorda. A confidencialidade foi determinante", garante. Hoje, "são mais de 400 pessoas apoiadas". Um apoio que não se resume ao colaborador, mas que se alarga ao agregado familiar.

Ana Fontoura, aproveita e faz um parêntesis sobre a atividade da seguradora. "A família faz parte do ecossistema hoje em dia. Antes, casa era casa, trabalho era trabalho.

Mas isso era uma falácia. Se tiver filho doente, não está cá na empresa", atira. "Tem de haver equilíbrio trabalho/família. A empresa tem que olhar para isso e olha! Que adultos vamos ter amanhã?", questiona.

Um dos eixos de atuação abraça os cuidadores informais. "Queremos saber onde estão, de quem cuidam e onde podemos ajudar, atesta. "Podemos sempre fazer alguma coisa. Pelo bem-estar do nosso colaborador. Se conseguir trabalhar uma vez, ou mais, por semana em teletrabalho...", deixa no ar. "Há muita gente a fazer trabalhos incríveis. Com nada. Têm que ser ajudados mesmo", conclui.

A RESPOSTA À PANDEMIA

"Em tempo recorde, a companhia colocou 3200 pessoas em teletrabalho com todas as ferramentas necessárias ao seu conforto para trabalhar de casa, foram criados horários realistas para aqueles que têm filhos em casa e houve um acompanhamento diário dos infetados e dos mais ansiosos", sintetiza. "Comunicação constante e muita interação entre equipas. Muitos heróis entre nós que se desdobraram para acudir às necessidades da Comunidade. Já para não falar das várias iniciativas que a Companhia lançou para os seus Clientes e não só", acrescenta.

A diretora do Gabinete de Responsabilidade Social do Grupo Fidelidade considera que "a vida não será a mesma pós-COVID".

"Aprendemos que podemos trabalhar de outra forma, aprendemos que podemos contar com a Companhia nos momentos de maior aflição, percebemos que as pessoas são mais importantes do que pensávamos.... acho que nenhum de nós se vai esquecer daqueles que nos apoiaram nestes momentos únicos nas nossas vidas", rematou.

FUNDAÇÃO AGEAS

Célia Inácio
Presidente da Fundação Ageas

"Não vamos pintar paredes, por pintar paredes"

"Não vamos pintar paredes por pintar paredes; vamos pintar, sim, porque terá impacto na instituição. É um passo." Célia Inácio, Presidente da Fundação Ageas, cita o exemplo para início de conversa sobre as ações de responsabilidade social.

"Não se trata de pintar paredes. Trata-se de saber as necessidades, de conhecer os desafios da instituição e perceber quem é o parceiro. E entender o que posso fazer", esclarece. E é assim que delimita o papel da Fundação a que preside.

Parte da multinacional com sede em Bruxelas, a Fundação Ageas, que só existe em Portugal, tem escrito um capítulo na história do centenário grupo. Um trabalho "que é reconhecido" e cujos projetos são executados "graças a donativos do grupo".

Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), criada em 1998, dobrou as duas décadas de existência. Para ter estatuto de Fundação "tivemos que ter património e o que vendemos foi a ideia de que as pessoas são o maior património que temos na empresa", remata. "A génese foi a preocupação de levar o capital humano e humanizar os apoios financeiros que a empresa dava à comunidade", recorda a presidente da Fundação.

Ao todo, somam "148 mil horas de voluntariado, mais de quatro mil ações e cerca de 500 instituições de solidariedade social apoiadas", conforme é relatado no filme alusivo à efeméride comemorativa das duas décadas.

"O NOSSO PRINCÍPIO NÃO É TOMA LÁ 30 MIL EUROS. NÃO GOSTAMOS DE PASSAR CHEQUES"

A Fundação assenta o modelo estratégico em três eixos: "Voluntariado corporativo, empreendedorismo e inovação social, e projetos com impacto social sustentável". A lógica assenta nas parcerias de longo prazo com as instituições. "Não queremos o *one shot*", avisa. "Pode acontecer, ocasionalmente", admite.

Célia Inácio quantifica o **voluntariado corporativo**. "Em 2019, tivemos mais de 800 voluntários, 500 dos quais colaboradores com mais de 5,5 mil horas de voluntariado doadas à comunidade. E apoiámos cerca de 80 instituições, de norte a sul e ilhas".

O **programa SEMEAR na Terra**, nos terrenos da INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, em Oeiras, é um exemplo. A estufa carecia de um investimento para obras. "O nosso princípio não é toma lá 30 mil euros", antecipa. "Não gostamos de passar cheques. Não é essa a nossa forma de estar", assevera. Foi restaurada com a participação de vários voluntários e o material, bem como o trabalho especializado foi um investimento da Fundação Ageas. "A estufa rende 8 mil euros por ano. Batata, abóboras, é tudo biológico", assegura. Um **jardim sensorial** foi outro trabalho desenvolvido pelo *Team Building* Solidário com a Fundação LIGA (Liga Portuguesa dos Deficientes Motores), em Lisboa. "O projeto do jardim terapêutico ajuda a desenvolver os sentidos de pessoas com deficiência e idosos. O som, o olfato...", avalia. "Queremos que as pessoas sintam e interajam com a comunidade. Aprende-se a incluir a diferença na empresa", resume.

ESCOLA DE IMPACTO: PARA DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO, MAS NÃO SÓ

Fomentar a empregabilidade em pessoas em situação de vulnerabilidade social é outra das vertentes estratégicas da responsabilidade social. A Fundação entrou, assim, na **Escola de Impacto**, programa lançado em parceria com o Impact Hub Lisbon.

As duas edições envolveram "80 pessoas", com "uma média de idades de 49 anos", sujeitas a entrevistas prévias "nas quais ajudamos as instituições a saber se as pessoas conseguem ser ajudadas neste caminho", sublinha. Depois da seleção e do crivo do *pitch* realizado, "17 projetos" chegaram a bom porto ou estão em vias de tal. Seja pela via do emprego, ou criação do micro negócio.

"O objetivo é incluir, através da empregabilidade, desempregados de longa duração e escalar para outros públicos: pessoas com deficiência", aponta. "Uma discussão, hoje, é como se pode incluir pessoas com deficiência. As organizações têm de estar preparadas para pessoas que não unicamente da deficiência física por acidente, por exemplo. Falo de autismo ou síndrome de Down", frisa. "A integração destas pessoas transformará as organizações. Alavancar a força dessas pessoas é o nosso desafio até 2021", declara.

25 MIL ÁRVORES E UM CAMPO DE FUTEBOL

Por fim, no terceiro pilar, a Fundação Ageas apoia "projetos que contribuem para a saúde, educação e inclusão". A presidente da instituição enumera exemplos: "A unidade móvel de apoio ao domicílio da Fundação do Gil, a Junior Achievement na educação, as bolsas sociais de educação através da Associação de Empresários pela Inclusão Social (EPIS), o pedalar sem idade e a alimentação saudável sem desperdício, com a AMI (#agirsemdesperdícioalimentar)". Destaca, igualmente, duas ações. "Em outubro de 2018, nos 20 anos da Fundação, no pinhal de Leiria, 200 voluntários plantaram 20 mil árvores num dia, com a ajuda da Quercus", recorda. "No passado dia 29 de fevereiro, cerca de 200 voluntários plantaram outras 5 mil árvores, numa manhã".

Para além da componente da solidariedade ambiental, o desporto dá, também, uma ajuda. "Um grupo de corredores que fez a Maratona de Valença decidiu associar-se à atividade solidária". As Aldeias SOS, em Bicesse (Cascais), beneficiaram de um "jogo de apostas de tempos feitos na prova, a Fundação multiplicava por dois e revertia na doação de ténis e calções", explica. A adesão foi tal que conseguiram "equipamento para criança dos pés à cabeça e sobrou dinheiro para renovar o campo de futebol", regozija-se.

Célia Inácio, Presidente da Fundação Ageas, aponta a uma "visão ambiciosa" de uma sociedade "mais inclusiva e resiliente". Quer "levar as pessoas a saírem dos sítios". "Ninguém faz responsabilidade social para fazer algo bonito. É uma questão de saber estar na sociedade e devolver à sociedade o que ela lhe dá. Em parceria com o terceiro setor. É a forma mais humana e mais distintiva que temos de atuar", realça. "Tentamos ser o mais genuíno possível. A palavra coração na nossa marca, distingue-nos", finaliza a responsável da Ageas.

FUNDAÇÃO MAPFRE

João Gama
Diretor de Marketing
e Clientes da MAPFRE

"Decidimos: fazer menos, é mais"

A Fundação MAPFRE, criada em 1975, "deve-se à génese mutualista do Grupo", explica João Gama, Diretor de Marketing e Clientes da seguradora. "Por norma, dentro das empresas cria-se uma entidade paralela, que é a Fundação, há mecenato e marketing social, e é isso. Mas no nosso caso, não é", assegura. E se não o é, assim o deve à natureza acionista do grupo. "A Fundação MAPFRE é acionista maioritária e detém 63% da MAPFRE S.A., a holding do grupo. Quisemos manter a nossa cultura mutualista e assegurar-nos que teremos sempre o controlo do nosso destino como empresa", assegura, recordando que o grupo MAPFRE nasceu nos anos 30 do século XX, em Espanha, como mútua agrícola.

"As dotações da Fundação provêm da MAPFRE SA." Há uma identidade comum entre a seguradora, presente em 50 países, e a atividade da Fundação (31 países). Nos últimos 10 anos, os 500 milhões de euros de orçamento beneficiaram 100 milhões de pessoas.

"A nível mundial, o orçamento ronda 40 a 50 milhões de euros por ano. Em Portugal, desde 2009, chegámos a ter um valor de cerca de meio milhão de euros", recorda. "É um volume muito interessante para uma companhia da nossa dimensão", garante.

"Em 2006 restruturamos a nossa Fundação que passou a atuar nos vários países onde está presente através de cinco áreas de atuação especializadas: ação social, cultura, promoção da saúde, seguro e providência social (em que analisamos o papel que o nosso setor poderá vir a desempenhar no futuro tendo em conta a evolução previsível do Estado de Previdência) e prevenção e segurança rodoviária. Neste último caso porque, apesar de estarmos hoje em todos as áreas de negócio de seguro direto, assistência e resseguro, durante muitos anos o ramo automóvel foi o motor do nosso desenvolvimento. O know-how nesse ramo foi importante na consolidação da nossa liderança, por exemplo, no mercado espanhol, e importante no processo de internacionalização que começamos nos anos oitenta."

A nível mundial, a Fundação MAPFRE atribui anualmente prémios, bolsas e ajudas. "Sendo de âmbito mundial, temos várias entidades e investigadores nacionais que já se candidataram ao longo dos anos e que, inclusive, foram vencedores de algumas. Estamos também a este nível a fazer algumas reestruturações para adaptação às novas necessidades que emergem no mundo e nos 50 países onde a companhia está presente. Os Prémios Sociais, por exemplo, são normalmente presididos na sua cerimónia de entrega de prémios pela Rainha Dona Sofia de Espanha."

SETE VOLUMES QUE CONTAM A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DE PORTUGAL

Em Portugal, a Fundação "entrou, há cerca de 20 anos, de forma esporádica, principalmente no apoio à cultura e mecenato para jovens pintores", relembra. Dez anos depois, reequacionou o posicionamento. "Tinha sentido em Portugal dar um corpo diferente e alargar a nossa atuação a outras áreas."

Ao contrário do que acontece em Espanha por exemplo, a Fundação MAPFRE, em Portugal, não tem empregados. Os recursos são assegurados pela equipa da MAPFRE, ou seja, "os ativos somos nós, que trabalhamos os projetos da Fundação em simultâneo com a nossa atividade profissional na seguradora, mas também durante fins de semana, feriados, noites...", assegura. Em Portugal, a Fundação MAPFRE conta com a colaboração de 60 a 80 voluntários, funcionários da MAPFRE, que participam em muitos projetos, atividades e estão sempre disponíveis para dar o seu tempo a quem mais precisa. Até há pouco tempo tínhamos vários projetos em mãos, chegámos a ter dezenas de projetos em curso, até que decidimos que, para nos focarmos, fazer menos é mais", remata.

João Gama cita dois exemplos da área social. "Somos parceiros fundadores da Refood. Oferecemos os seguros das viaturas e dos cinco mil voluntários" e da "**Associação Novo Futuro**, que apoia crianças e jovens com problemas de reinserção social". Já colaboramos nas festas de Natal em que os colaboradores da MAPFRE contribuíram com os presentes de Natal para esses jovens, pintámos e reabilitámos espaços dessa associação, já recolhemos material escolar, já oferecemos visitas a peças de teatros, exposições, etc."

Destaca ainda, na área cultural, os sete volumes "**da História Contemporânea de Portugal**. Nos últimos 20 anos, não tinha sido nada publicado do género com

Luis Anula (CEO da Mapfre), Hunter Halder (Fundador da Refood) e João Gama (Mapfre)

os principais pensadores, politólogos e historiadores contemporâneos", sublinha. Entretanto já saíram também mais dois títulos que completam os cinco iniciais, um que condensa a História Política Contemporânea e outro a História Social Contemporânea de Portugal. Infelizmente, e devido à situação que vivemos, tivemos de adiar a apresentação pública do mesmo. Em análise está ainda a "História Contemporânea de Portugal em Fotografia".

Na saúde, recupera a apresentação da "aplicação para telemóveis CPR11, que pretende ajudar a prevenir a ocorrência de casos de morte súbita no desporto". Uma iniciativa da campanha Joga Seguro, promovida pela Fundação MAPFRE, da qual a Infanta D. Elena é diretora de projetos, e apadrinhada em Portugal pela Fundação Luís Figo.

A APOSTA NA PREVENÇÃO RODOVIÁRIA

As ações relativas à **Prevenção Rodoviária** são "um dos fortes da Fundação", garante o diretor de Marketing. Atuam em dois eixos. "Identificámos uma lacuna: as cadeiras auto. Muitas vezes, no primeiro transporte da criança quando sai da maternidade e durante toda a infância, os pais cometem muitos erros em termos de segurança", avisa. Nasce, assim, o projeto "Bebés, Crianças e Jovens em Segurança", desenvolvido em parceria com a Direção-Geral da Saúde, APSI - Associação Para a Promoção da Segurança Infantil e DOREL Portugal. "Em coordenação com a DGS e os centros regionais, fazemos formação aos profissionais de saúde, nas maternidades e unidades de saúde, para transmitirem aos pais como devem transportar corretamente as crianças", acrescenta. Este projeto é trabalhado em cerca de "60 núcleos" e recentemente procuram com os parceiros nova roupagem para o projeto, dinamizando-o ainda mais com menos recursos. "A ideia passa por dinamizar e utilizar mais o digital e entrar também no setor dos táxis e TVDE (ubers), proporcionando-lhes formação nesta área, que é o transporte correto das crianças", antecipa.

A Caravana de Educação Rodoviária é "um roadshow, num camião TIR, que se desdobra numa sala de aulas e transporta karts elétricos". No nosso país, ao longo dos últimos anos, já passou por "36 cidades" e teve a visita de mais de "31 mil crianças e respetivos pais e professores". O target são crianças do "3.º ano ao 7.º ano", sendo os conteúdos adaptados a essas idades.

"Estamos uma semana em cada cidade. Já fizemos, num ano, nove cidades. Temos sempre em atenção ao calendário escolar e, para outubro, as três cidades já estavam fechadas, mas com a situação que vivemos decidimos adiar. E deixa um lamento: "Por regra são cerca de 1000 crianças que passam, durante a semana, na Caravana. No entanto, nas cidades do interior não é fácil conseguirmos chegar a esse número. Por isso não temos conseguido levar a Caravana até essas regiões, com muita pena minha".

"**Num segundo a tua vida muda**", é um vídeo de 20 minutos feito pela Fundação e que é apresentado nas escolas secundárias. São testemunhos reais de pessoas que sofreram acidentes rodoviários graves, que tiveram um impacto muito sério nas suas vidas, mas que conseguiram dar a volta", descreve. "É uma forma de chegar a esta camada mais jovem e de chamar a atenção para os riscos de conduzir sob o efeito de álcool, drogas, de utilizar o telemóvel ao volante, etc."

Por fim, "**Cidade Maior**" é um projeto-piloto com a Câmara Municipal de Lisboa, desenvolvido em freguesias no centro da cidade. "Os idosos, através de *peddy paper*, fazem o levantamento, por exemplo, de buracos. Fazemos um relatório e enviamos para a CML", refere. Se, por um lado, os idosos se "sentem participantes na melhoria da prevenção rodoviária", é uma ação que "é benéfica para a saúde".

João Gama aponta para a próxima década e antecipa o papel da Fundação. "Será diferenciado de acordo com o país onde estamos. A nível de sociedades desenvolvidas, a preocupação com as questões de segurança rodoviária é uma batalha que nunca está ganha. Em sociedades menos desenvolvidas, é a parte social", remata.

ESTE É O TEMPO DA CIÊNCIA

Miguel Prudêncio
INVESTIGADOR

"O papel da Ciência continuará a ser determinante para o bem-estar de todos e que a garantia das condições financeiras para que esta continue a dar as respostas que procuramos deverá constituir um desígnio de todos nós."

"A generalidade da população sabe e confia que é na Ciência que vamos encontrar as soluções por que todos ansiamos", afirma Miguel Prudêncio, investigador principal do Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes (iMM).

Há momentos em que aquilo que já era sabido de muitos se torna evidente para todos. A recente pandemia de COVID-19 é um desses momentos, ao tornar clara, até para quem ainda não o era, a importância vital da Ciência na nossa sociedade.

Raramente como nestas últimas semanas se viram tantos cientistas a falar na televisão, e tantas pessoas a escutar com atenção e interesse aquilo que tinham para dizer. A população em geral deposita nas mãos da Ciência a esperança em testes de diagnóstico fiáveis, em tratamentos eficazes, numa vacina que nos devolva a tranquilidade que o SARS-CoV-2 nos veio roubar.

São mais de 100 os investigadores que, ao longo destas últimas semanas, têm trabalhado no Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes (iMM), realizando vários milhares de testes de diagnóstico, procurando desenvolver, em conjunto com investigadores de outras instituições, um teste serológico que permita identificar quem já esteve infetado, e analisando células de pacientes de COVID-19 para procurar compreender como o nosso sistema imunitário responde à presença deste invasor.

São milhares aqueles que, por todo o mundo, tentam encontrar um medicamento, tentam fabricar uma vacina. A generalidade da população sabe e confia que é na Ciência que vamos encontrar as soluções por que todos ansiamos. Porque foi a Ciência que permitiu aumentar a nossa esperança média de vida em cerca de 30 anos ao longo do último século. Porque foi a Ciência que nos trouxe os antibióticos, que tantas vidas salvaram e continuam a salvar por esse mundo fora. Porque foi a Ciência que nos deu as vacinas, essa descoberta inigualável que hoje permite que os nossos filhos estejam eficazmente protegidos de doenças que antes seriam, em muitos casos, uma sentença de morte. Claro que existirão sempre os teóricos da conspiração, os defensores das "medicinas" alternativas e os arautos do movimento anti vacinas. Mas acredito que até esses, em momentos como o que atravessamos, percebam que é na Ciência que reside a esperança do regresso a uma normalidade duradoura.

Se a COVID-19 veio despertar algumas consciências adormecidas, é importante que estas se mantenham despertas daqui para a frente, e que a Ciência e o seu financiamento adquiram o lugar que merecem numa sociedade moderna. Porque a COVID-19 há de passar, mas os desafios para a Ciência em geral, e para a biomedicina em particular, permanecem enormes.

A título de exemplo, recordo que o dia 25 de Abril é não só o dia da Liberdade em Portugal, mas também o Dia Mundial da Malária em todo o mundo. Ano após ano, são quase meio milhão de pessoas, sobretudo crianças, que morrem desta doença devastadora em algumas das regiões mais desfavorecidas do globo. Há muito que os cientistas procuram uma vacina contra esta doença, mas as dificuldades para o seu desenvolvimento são muitas, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista financeiro. A solução para este, como para tantos outros desafios médicos, está no conhecimento científico. E só com um investimento sustentado e regular na Ciência e na investigação eles podem ser ultrapassados. Por essa razão, é importante que permaneça claro, até para quem ainda não o era, que, passada esta fase, o papel da Ciência continuará a ser determinante para o bem-estar de todos e que a garantia das condições financeiras para que esta continue a dar as respostas que procuramos deverá constituir um desígnio de todos nós.

LIÇÕES DA HISTÓRIA PARA A 'RECONSTRUÇÃO' ECONÓMICA

Pedro Lains
ECONOMISTA

"Não haverá desculpas para escolhas erradas"

As comparações históricas não têm cessado desde que o surto do novo coronavírus paralisou o mundo. Primeiro, naturalmente, com outros flagelos pandémicos que atingiram o mundo: a Peste Negra, no século XIV, ou Gripe Espanhola, já no século XX. Mas nenhuma outra analogia suscitou tantas menções por parte de políticos e economistas como a de raiz belicista.

A Organização das Nações Unidas (ONU), pela voz de António Guterres, Secretário-Geral, referiu-se aos efeitos do surto como "a pior crise desde que a organização foi fundada", após a Segunda Guerra Mundial. Já antes, aquando da declaração de Estado de Emergência em Portugal, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, haviam sido muitos a notar a repetição (oito vezes) da palavra "guerra" para definir o período que nos espera de combate à propagação da infeção COVID-19, assim como as ondas provocadas pelas fortes medidas de contenção social e económica. "Uma verdadeira guerra" a que também o Primeiro-Ministro, António Costa, ou a Ministra da Saúde, Marta Temido, se referiram.

O economista Kenneth Rogoff, professor em Harvard e antigo economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, assumiu que a pandemia do novo coronavírus exige dos Estados uma "economia de guerra", com a injeção de capital em grande escala e a eventual conversão de instalações e indústrias em hospitais e fábricas de materiais e médico-hospitalares.

Numa altura em que é certa uma grande recessão económica global, embora o seu impacto ainda seja imprevisível, e se discutem as políticas de base que terão de estar ao serviço da "reconstrução" da economia mundial, faz sentido manter essa perspetiva bélica e olhar para o que aconteceu nos períodos pós-guerra?

"É possível que o potencial de impacto económico desta pandemia possa vir a ser comparável com o impacto das duas guerras mundiais, no que diz respeito à duração e intensidade. Não é por acaso que muitos altos responsáveis políticos europeus estabelecem tal comparação. As diferenças são grandes em muitos e relevantes aspetos, quanto à destruição de vidas humanas, ou quanto à redução da capacidade produtiva", refere, à Seguros & Cidadania, Pedro Lains, economista e doutorado em História. Tendo como principal área de investigação a História Económica dos séculos XIX e XX, o investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, tem estudado o passado para explicar o percurso da economia portuguesa e encontrar respostas para o presente.

"A comparação com as duas [grandes] guerras serve acima de tudo para lembrar que as consequências reais, não as potenciais, dependerão da forma como a recuperação económica será gerida", sublinha Lains, economista e investigador em História Económica, apontando para dois modelos exemplificativos em cima da mesa. O primeiro é o do Tratado de Versailles, de 1919, e a austeridade extrema que em resultado viria a ser imposta à Alemanha, assim como a imposição da desintegração política e económica do império Austro-Húngaro. O segundo, é o dos acordos de Bretton Woods, de 1944, e do Plano Marshall, de 1947, que providenciaram o enquadramento institucional e o financiamento para a recuperação das trocas internacionais a nível mundial e para a recuperação das economias europeias, devastadas pela guerra.

"É preciso entender que os caminhos seguidos decorreram de escolhas políticas feitas pelos chefes de Estado e Governo de países democráticos. No primeiro caso, os governantes dos países vencedores seguiram a via do populismo e escolheram impor castigos aos perdedores, aos mais fracos. Todavia, sabemos hoje, que todos foram responsáveis pelo início da primeira Guerra, pois o clima era de invencibilidade das diferentes potências. No segundo caso, da segunda Guerra Mundial, os governantes souberam encontrar plataformas de discussão de ideias e métodos de ação, souberam encontrar pontos de entendimento e explicar aos eleitorados as respetivas vantagens. Para se perceber bem até que ponto isso foi assim, pense-se que o Plano Marshall foi apresentado ao eleitorado dos Estados Unidos como uma forma de ajuda da recuperação, como uma forma de dar trigo e alimentos às populações dizimadas da Europa, mas, na verdade, o sucesso decorreu sobretudo do facto de ter contribuído para a recuperação das trocas internacionais, tendo cada economia nacional respondido com os próprios meios à abertura de fronteiras", explica.

Pedro Lains sublinha que o que irá acontecer no seguimento da pandemia dependerá, mais uma vez, "da inteligência dos grandes decisores políticos, à escala internacional, sobretudo na União Europeia". Essa inteligência foi testada durante a crise de 2008-2013, mas mostrou-se "desastrosa". Na verdade, "não foi o eleitorado alemão que impôs austeridade a Portugal: foram os políticos alemães e os portugueses que escolheram essa via. Isto está escrito na pedra da História, é inquestionável. O que se vai passar agora dependerá das vontades políticas dos dirigentes. Quererão eles ir para o lugar da História dos signatários de Versailles ou para o dos signatários dos acordos de Bretton Woods e do Plano Marshall?", questiona.

Um último ponto pode ser acrescentado: "Se os responsáveis europeus decidirem seguir a via perdedora, desta vez, os governantes nacionais devem responder com os meios que têm ao seu alcance. E isso não significa sair do Euro ou da União Europeia, pois os governos nacionais ainda têm muito poder para intervir nas respetivas economias. Se o Banco Central Europeu não fornecer liquidez sem condições gravosas, os governos nacionais têm de encontrar outras formas de criar liquidez, por via orçamental ou por outras vias", indica.

Em jeito de balanço, a comparação com as guerras serve acima de tudo para lembrar que a forma como as economias vão recuperar da pandemia dependerá em grande medida das políticas económicas seguidas. "E com a História do século XX, que tanto nos ensina, não haverá desculpas para escolhas erradas. Será um exercício difícil, como sempre é, em regimes democráticos, mas está ao alcance dos nossos governantes e o mínimo que devemos exigir deles é que façam as escolhas certas, fora e dentro de fronteiras", finaliza Pedro Lains.

3 PERGUNTAS, 3 ECONOMISTAS

O FUTURO DA ECONOMIA PORTUGUESA (E GLOBAL) POR LUÍS CABRAL, JOÃO DUQUE E JOÃO DUARTE

O que nos reservam os próximos tempos? Luís Cabral, João Duque, e João Duarte, três economistas respondem a três perguntas sobre as previsões para a economia portuguesa (V, U ou L) a ação dos bancos e o futuro da União Europeia para a saída de uma crise que começou por ser de saúde pública e rapidamente resvalou para uma crise económica.

1 - APESAR DAS CONSEQUÊNCIAS AINDA IMPREVISÍVEIS E DA CAUTELA QUE SE IMPÕE, COMO ANTEVÊ O CAMINHO QUE A ECONOMIA PORTUGUESA (E MUNDIAL) TEM PELA FRENTE?

2 - AS MEDIDAS DOS BANCOS CENTRAIS E DOS DECISORES POLÍTICOS, EM TODO O MUNDO, TÊM SIDO NO SENTIDO DE PROPORCIONAR LIQUIDEZ AOS MERCADOS FINANCEIROS E AO SETOR BANCÁRIO. SEM CONSUMO, AS EMPRESAS TAMBÉM PEDEM INJEÇÃO DE LIQUIDEZ NA TESOURARIA. ESTA É A ESTRATÉGIA ACERTADA? QUAIS AS MEDIDAS DE APOIO ÀS EMPRESAS QUE DEVEM SER, PARA SI, PRIORITÁRIAS, NO CURTO E MÉDIO PRAZO?

3 - TÊM SIDO NOTÓRIAS AS DIVERGÊNCIAS DE FUNDO ENTRE OS ESTADOS-MEMBROS SOBRE A FORMA COMO LIDAR, MAIS UMA VEZ, COM UMA CRISE. DE QUE FORMA A UNIÃO EUROPEIA DEVERIA ACUDIR A UMA CRISE DESTAS, QUE NÃO CONHECE FRONTEIRAS NEM TEM CULPADOS? NA SUA OPINIÃO, A SOBREVIVÊNCIA DA UE PODE ESTAR EM CAUSA?

"A prioridade é garantir que as empresas possam sobreviver à paragem da economia"

Luís Cabral
Professor Stern Business School (Universidade de Nova Iorque)

ECONOMISTA

1 - A política de confinamento teve um efeito imediato na quebra do PIB. É uma "recessão por encomenda", um custo expetável das medidas de saúde pública. Será um V, U ou L? Com uma recessão forçada pela política de saúde pública e um confinamento de forma gradual estaremos mais próximos de um U muito "chato" do que um V. Razões: no mundo globalizado em que as cadeias de produção incluem empresas de múltiplos países, o facto de uma economia concreta "reabrir" não significa que as coisas voltem ao normal. Há que considerar as outras economias na cadeia de produção. No caso português, para além do problema da oferta, temos o da procura. Os hotéis podem abrir amanhã, mas isso não significa que fiquem cheios. Não creio que seja o L, que corresponde a efeitos negativos, mesmo no longo prazo, que na economia é ditado pelo investimento e inovação. Não creio que a crise da COVID-19 tenha um efeito negativo permanente no investimento e na inovação.

2 - Não estamos perante uma crise de procura, mas sim de oferta. Há pessoas que, com a sua formação *keynesiana*, tendem a ver tudo como problemas que se resolvem com políticas *keynesianas* de apoio à procura. Não é o caso. Isto não quer dizer, no entanto, que não haja lugar para políticas económicas de apoio e estímulo. A prioridade é garantir que as empresas possam sobrevier à paragem da economia.

3 - A mutualização da dívida teve – ou teria tido – um papel importante durante a crise de 2011. No contexto atual, é relativamente menos importante. Pelo contrário, o problema do "risco moral" da mutualização da dívida é de primeira ordem. Como será emitida essa dívida? Consideremos uma analogia. Os presidentes de cada país vão jantar fora. Há duas maneiras de pagar a conta. Cada um paga o que consumiu. Ou divide-se a conta total por todos. Esta segunda alternativa de "solidariedade" implica um "risco moral" significativo: cada Euro adicional que eu gaste, apenas tenho de pagar cerca de 5 cêntimos, o resto pagam os outros. Compreendo que vários países não estejam interessados em alinhar em esquemas deste tipo.

Foto: Paula Nunes/ECO

João Duque
Presidente SEDES (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social), Professor ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão

ECONOMISTA

"É prioritário fazer chegar a maior liquidez possível no mais curto espaço de tempo"

1 - A minha expectativa é a de alguma quebra já no 1.º trimestre, embora a quebra com maior violência se venha a registar no 2.º trimestre. Admito uma recuperação em "V" assimétrico, ou seja, com valores de quebra de atividade face ao trimestre homólogo do ano anterior, mas já não tão negativos. Isso deve-se a uma quebra simultânea, primeiro no consumo depois nas exportações e no investimento. Apesar do preço da energia estar a descer muito acentuadamente, esse efeito pouco alivia a queda esperada. Uma variação entre os -4,7% e os -7,3% é minha expectativa para o PIB, em 2020.

2 - Os bancos são o elemento de ligação entre o banco emissor (Banco Central Europeu) e as pessoas singulares ou coletivas. É natural que se usem os bancos para canalizar a liquidez do BCE para os governos e para as empresas e daí para as pessoas. A questão é como fazer. Como se espera podermos recuperar dentro de três ou quatro meses, a ideia de manter as estruturas produtivas preparadas para a retoma faz sentido. Não há, aparentemente uma necessidade de liquidar a oferta. Alguma desaparecerá e as pessoas a ela ligadas terão de ser apoiadas via Subsídio de Desemprego ou outros mecanismos com o mesmo fim. Mas agora há que injetar tudo o que se pode para aguentar os pagamentos de salários e aos fornecedores para se evitar uma cadeia de incumprimentos. Nos outros pagamentos (impostos e encargos financeiros) a ideia deveria ser aliviar as empresas, sem colocar em causa a saúde financeira dos bancos. Ou então criaremos um problema idêntico ao que já tivemos. É prioritário fazer chegar a maior liquidez possível no mais curto espaço de tempo. E o Estado também pode ajudar liquidando já todas as suas dívidas.

3 - A cada crise, a União Europeia (UE) tem respondido com mais unidade porque percebeu que a criação do sonho europeu só pode ser feita com instrumentos de unidade. Mas, simultaneamente, com mecanismos de controlo. E é porque agora se propõe a criação de alguns mecanismos de financiamento coletivo que se tornou mais evidente a quebra de unidade. A responsabilidade desta desunião está na desconfiança que os Estados têm nos mecanismos de *enforcement* das suas regras. A unidade monetária levou a uma enorme perda de soberania. Mas, de algum modo, os Estados reconhecem que todos perderam por igual e que não há hipótese de um deles começar a emitir moeda para o seu país. Isto é, há instrumento de unidade de ação e há controlo. Sobre a dívida não há porque, para se emitir dívida, há que a suportar em colaterais e os colaterais da dívida dos Estados são impostos. Ora a UE não tem capacidade, nem poder, para lançar impostos europeus. E daí o receio. Acredito que esta crise acabe por consolidar e não destruir a UE. Mas aceito que há esse risco. Sempre houve e sempre haverá.

João Duarte
Professor Nova SBE

ECONOMISTA

"A não ser que uma vacina ou um tratamento efetivo sejam encontrados, a recessão será longa"

1 - A não ser que uma vacina ou um tratamento efetivo sejam encontrados, a recessão será longa. Segundo a literatura académica sobre pandemias, e nas quais ainda não existiam vacinas, a crise económica que lhes seguiam variavam na sua duração e profundidade, mas na sua grande maioria foi de longa duração. Em primeiro lugar, a crise económica durará enquanto a crise de saúde estiver presente. Por outro lado, quanto maior for o nível de mortalidade e quanto maior for a destruição de valor devido a despedimentos e fechos de empresas, mais persistente será a crise económica (maior será a base do U). Existe ainda o problema da procura externa, essencial à economia portuguesa: vai ser bastante mais baixa no próximo ano devido à perda de confiança e do rendimento no resto do mundo.

2 - A injeção de liquidez é historicamente feita aos bancos. Mas, neste momento, a grande maioria das empresas, devido ao elevado grau de incerteza e à quebra quase total das receitas, prefere demitir a força de trabalho e esperar a retoma da economia em vez de se financiar por via de empréstimos aos bancos. Assim, para salvaguardar o emprego e as empresas, a injeção de liquidez deve ser feita diretamente às empresas e sem contrapartidas que a inviabilizem. Os *layoffs* acabam por ser uma forma de injeção de liquidez direta nas empresas que tem como maior contrapartida a não demissão da força de trabalho. Foram medidas acertadas para esta primeira fase da crise da COVID-19. Apesar de envolver um grande aporte do Estado, deixa o governo numa situação com alguma folga fiscal (que já era baixa) para enfrentar a 2.ª fase da crise económica onde as medidas mudarão de natureza. Deixarão de ser de uma natureza mais de seguro social e passarão a ser de estímulo económico. É fundamental que o governo entenda bem a estrutura da economia na sua malha inter e intra-sectorial. Em particular, deve pensar que medidas adotar em relação ao setor do turismo. É essencial o reforço de investimento ao *reskilling* da força de trabalho nos setores mais afetados, de forma a aproveitarmos este período de menor atividade económica para a reestruturamos ao máximo para o futuro. O custo de oportunidade para o fazer nunca foi tão baixo.

3 - Deveria chegar a um acordo sobre *coronabonds*, reforçar o Mecanismo Europeu de Estabilidade, reforçar o apoio à ciência para soluções no combate à COVID-19 e montar um centro coordenador de apoios ao setor de saúde dos estados-membros para facilitar e coordenar as importações de material médico (juntos ganham mais força negocial para fazer frente à forte procura dos Estados Unidos) e transferir pessoal e material médico para as áreas mais afetadas (a UE só vencerá verdadeiramente a guerra do vírus quando este for eliminado em todos os estados-membros). Creio que a possibilidade da não-sobrevivência da UE é real. Mas não acredito que chegue a esse ponto. Os estados-membros vão perceber que os ganhos partilhados a longo prazo mais do que compensam a partilha de perdas no curto prazo.

COVID-19: A HISTÓRIA DE UM VÍRUS DESCONHECIDO

De janeiro a maio, esta é a história cronológica de um vírus que teve origem na China, transformou-se numa pandemia, levou ao encerramento de quase todos os países no mundo e ao confinamento de mais de 4 mil milhões de pessoas. À crise de saúde pública soma-se uma recessão mundial sem precedentes.

A 31 de dezembro de 2019, a China reportou à Organização Mundial de Saúde (OMS) o primeiro caso de morte por pneumonia, na cidade de Wuhan. Foi inicialmente apelidado de 2019-nCoV. Posteriormente, a doença provocada pelo novo coronavírus passará a ser tratada como COVID-19.

A OMS declarou a pandemia global. O mundo fechou-se, as fronteiras encerram e mais de 4 mil milhões de pessoas viveram em confinamento.

De crise de saúde pública a crise económica, espera-se uma recessão mundial sem precedentes.

Esta é a cronologia de uma crise.

12 DEZEMBRO 2019

Começam a surgir casos de pneumonia em Wuhan, capital da província chinesa de Hubei.

31 DEZEMBRO

As autoridades chinesas reportam reportam à OMS casos de pneumonia em Wuhan.

05 JANEIRO

Especialistas descartam a hipótese de o vírus ser o da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) ou da Síndrome Respiratória do Médio Oriente (MERS).

07 JANEIRO

As autoridades chinesas identificam o vírus como um novo coronavírus.

11 JANEIRO

A comissão municipal de saúde de Wuhan anuncia a primeira morte. Um homem de 61 anos.

21 JANEIRO

OMS confirma transmissão do vírus entre humanos.

22 JANEIRO

Wuhan encerra temporariamente o aeroporto e estações ferroviárias. Em Portugal, a Direção Geral de Saúde (DGS) começa a mobilizar-se para enfrentar a COVID-19. Os hospitais de São João, no Porto, o Curry Cabral e Estefânia, em Lisboa, passam a estar em modo de alerta.

24 JANEIRO

13 cidades da província de Hubei ficam em quarentena, afetando 41 milhões de pessoas.

25 JANEIRO

A França confirma três casos, os primeiros na Europa. A região administrativa especial de Hong Kong declara o vírus uma emergência, cancela as celebrações de Ano Novo e restringe as ligações com a China continental.

26 JANEIRO

Primeiro caso suspeito em Portugal: um homem, regressado da China dois dias antes é posto sob observação no Hospital Curry Cabral. O resultado das análises para o coronavírus viria a dar negativo.

30 JANEIRO

A OMS declara o coronavírus uma emergência global.

04 FEVEREIRO

O Japão anuncia que 10 passageiros do cruzeiro Diamond Princess estão infetados. O navio, com mais de 3.700 pessoas a bordo, é colocado em quarentena ao largo de Yokohama, perto de Tóquio.

07 FEVEREIRO

Li Wenliang, o médico chinês que alertou para o surto, morre depois de contrair o vírus no hospital de Wuhan onde trabalhava.

11 FEVEREIRO

A OMS batiza a infeção do novo coronavírus como COVID-19. Estima que uma vacina possa ser disponibilizada em 18 meses. Atinge-se as 1.000 vítimas mortais.

15 FEVEREIRO

Morre o primeiro cidadão na Europa. Um cidadão chinês da província de Hubei que estava em França.

26 FEVEREIRO

Brasil confirma o primeiro caso. O primeiro na América Latina. Todos os continentes confirmam casos, com exceção da Antártida. Pela primeira vez desde a pandemia, há mais novos casos de infeção reportados fora da China, 459, do que na China, 412.

28 FEVEREIRO

OMS eleva o risco de propagação da COVID-19 de "elevado" para "muito elevado"

02 MARÇO

Primeiro teste positivo à COVID-19, em Portugal.

07 MARÇO

Atinge-se os 100 mil casos, em todo o mundo.

08 MARÇO

Mais de 100 países reportam casos de COVID-19.

11 MARÇO

O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus declara a COVID-19 como uma pandemia e pede para que os países tomem ações urgentes e agressivas.

13 MARÇO

"A Europa tornou-se o epicentro da pandemia, com mais casos e mortes que o resto do mundo, excecionando a China", afirma o diretor-geral da OMS.

16 MARÇO

As fronteiras entre Portugal e Espanha fecham. É confirmada a primeira morte por coronavírus em Portugal. Governo decreta o encerramento de creches, escolas, ensino básico e secundário, ATL, do setor público ou privado.

18 MARÇO

Decretado o estado de emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020 que estatui, entre outros, o Dever geral de recolhimentodomiciliário, suspensão das atividades de comércio a retalho, com exceção daquelas que disponibilizem bens de primeira necessidade, encerramento de instalações e estabelecimentos e imposição do teletrabalho sempre que possível.

Imposição de cerco sanitário em Ovar, quarentena geográfica imposta ao município do distrito de Aveiro.

21 MARÇO

Primeiro caso em Angola e Timor-Leste.

23 MARÇO

O Congresso norte-americano aprova um pacote de estímulos de 2,2 biliões de dólares — o mais elevado na história dos EUA, para ajudar os cidadãos e os empresas a lidarem com o impacto económico provocado pela pandemia do coronavírus e para financiar as despesas urgentes no setor da saúde.

24 MARÇO

Mais de 400 mil casos de COVID-19. Demorou três meses para atingir os primeiros 100 mil casos confirmados, 12 dias para atingir os 200 mil, três dias para chegar aos 300 mil e dois dias para se situar nos 400 mil.

26 MARÇO

Primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, testa positivo.

Nos EUA, casos detetados ultrapassam os verificados na China e na Itália, transformando a América no novo epicentro da pandemia.

28 MARÇO

Ultrapassados os 600 mil casos de COVID-19 a nível mundial. Portugal anuncia que todos os estrangeiros serão tratados como nacionais durante a crise da COVID-19, assegurando que têm acesso aos serviços públicos.

29 MARÇO

Mais de 30 mil mortes, globalmente.

02 ABRIL

Ultrapassada a barreira de um milhão de casos.

Banco Mundial anuncia verba de 160 mil milhões de euros.

03 ABRIL

Portugal inicia mais 15 dias de estado de emergência.

08 ABRIL

A China levanta o confinamento em Wuhan.

14 ABRIL

Donald Trump anuncia que irá cortar as contribuições dos EUA à OMS. Fundo Monetário Internacional aponta para uma quebra nos 19 países que compõem a zona euro de 7,5% em resultado do chamado "Grande Confinamento".

15 ABRIL

Número de casos ultrapassa os dois milhões em todo o mundo. A Fundação Bill & Melinda Gates escala a contribuição para 250 milhões de dólares.

17 ABRIL

Durante uma conferência de imprensa, Michael Ryan, diretor-executivo da OMS – Programa de Emergência Médica, enfatiza que não há evidência que prove que quem tenha sido infetado e esteja recuperado seja imune à doença.

18 ABRIL

Começa o terceiro estado de emergência em Portugal.

19 ABRIL

Mais de 100 mil mortos.

21 ABRIL

Mais de 2,5 milhões de casos a nível global. Nos EUA, ultrapassa os 800 mil.

25 ABRIL

Mais de 200 mil mortos em todo o mundo.

27 ABRIL

Globalmente, o número de casos da COVID-19 ultrapassa 3 milhões.

28 ABRIL

O número de casos nos EUA ultrapassa um milhão, 1/3 dos casos a nível global. 58 mil mortes nos EUA, um número superior aos americanos mortos na Guerra do Vietname.

03 MAIO

Portugal entra em situação de calamidade, depois de ter estado em três períodos consecutivos em estado de emergência.

04 MAIO

Início da 1ª fase de deconfinamento e reabertura gradual de algumas atividades económicas, cabeleireiros, pequenas lojas, livrarias e comércio automóvel. Proibição de eventos com mais de 10 pessoas, dever cívico de recolher obrigatório e uso obrigatório de máscaras nos transportes públicos.

De acordo com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) requereram o regime de *lay-off* simplificado mais de 109 mil empresas, abrangendo um universo potencial de 1,3 milhões de trabalhadores. Foram pagos 90 mil pedidos, num total de 284 milhões de euros, abrangendo 735 mil trabalhadores. A economia portuguesa contraiu 2,4%, em termos homólogos, no primeiro trimestre de 2020, no qual já foi parcialmente afetada pela pandemia. Já face ao trimestre anterior, a quebra foi de 3,9%, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Portugal regista 1.231 mortes relacionadas com a COVID-19 e 29.209 infetados, mais 173, segundo o boletim epidemiológico divulgado pela Direção Geral da Saúde. O país entra na segunda fase do plano de desconfinamento. É dado mais um passo no levantamento lento e gradual das suspensões e restrições. Escolas (10º e 11º ano), creches, restaurantes, cafés e algumas lojas abrem de novo as suas portas, mas com várias regras.

A pandemia já **infetou mais de 4,7 milhões de pessoas** em pelo menos 188 países. De acordo com a Universidade Johns Hopkins, este novo coronavírus estará ligado a mais de **316 mil mortos**. Pelo menos **1,6 milhões de pessoas já recuperaram** da doença provocada pelo SARS-COV-2.

Emmanuel Macron (França) e Angela Merkel (Alemanha) propuseram um plano de 500 mil milhões de euros para relançar a economia da União Europeia do impacto da pandemia através de um mecanismo inédito de mutualização da dívida europeia.

SEGUROS EM NÚMEROS

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2019

PRODUÇÃO VIDA E NÃO VIDA				Variação		Variação Absoluta	
	2017.12	2018.12	2019.12	+18/17	+19/18	+18/17	+19/18
TOTAL PRODUÇÃO	**11 580**	**12 950**	**12 201**	**11,8%**	**-5,8%**	1 370	-749
TOTAL VIDA	**7 090**	**8 123**	**6 992**	**14,6%**	**-13,9%**	1 033	-1 131
Seguros de Vida	4 902	6 355	5 283	29,6%	-16,9%	1 453	-1 072
Seguros ligados a Fundos Investimento	2 187	1 767	1 704	-19,2%	-3,6%	-419	-63
Operações de Capitalização	1	1	5	-41%	483,3%	-1	4
TOTAL NÃO VIDA	**4 490**	**4 827**	**5 209**	**7,5%**	**7,9%**	**337**	**382**
Acidentes e Doença	1 634	1 789	1 962	9,5%	9,7%	155	173
Acidentes de Trabalho	705	801	895	13,5%	11,8%	95	94
Doença	751	807	877	7,4%	8,7%	56	70
Incêndio e Outros Danos	802	848	906	5,7%	6,8%	46	58
Automóvel	1 610	1 719	1 839	6,8%	7,0%	109	120
Transportes, RC Geral e Diversos	444	470	502	6,0%	6,8%	27	32

U: Milhões de Euro | **Fonte:** Mapas ASF (Valores_Provisórios)

DESTAQUES DO MERCADO SEGURADOR EM 2019

O ano de 2019 teve alguns desafios para o setor segurador como um todo, tendo-se observado quebras, quer no volume total de prémios (-5,8%, para um valor ligeiramente acima dos 12,2 mil milhões de euros), quer no resultado agregado do setor (-25,7%, para um valor próximo dos +346 milhões de euros – valor provisório apurado por extrapolação a partir de uma amostra de 92,8%). Esta evolução global é consequência de desenvolvimentos diametralmente diferentes do segmento Vida e do segmento Não Vida:

SEGMENTO NÃO VIDA: crescimento do volume de prémios (+8%) ultrapassando pela primeira vez a barreira dos 5 mil milhões de euros. Assinalável aumento do resultado do segmento de 177 milhões de euros, em 2018, para cerca de 238 milhões de euros – o maior observado desde a entrada em vigor do novo plano de contas no exercício de 2008.

RAMO "AUTOMÓVEL": o maior do segmento, também responsável pela evolução positiva dos resultados do segmento Não Vida, onde a produção cresce sucessivamente desde 2014 atingindo em 2019 os 1,8 mil milhões de euros (+7% face a 2018). No entanto, o rácio combinado deste ramo – por outras palavras, o quociente entre todos os custos incorridos pela empresa de seguros (incluindo os custos associados aos processos de sinistros, despesas comerciais e despesas administrativas) e o valor dos prémios recebidos – continua em valores acima dos 100%, aproximando-se agora dos 104%.

RAMO "ACIDENTES DE TRABALHO": crescimento, pelo quarto ano consecutivo, da produção a um ritmo de 2 dígitos (+11,8%). O resultado do ramo evoluiu em sentido inverso, fruto também de uma evolução desfavorável do rácio combinado do ramo que passou de um valor próximo dos 108%, em 2018, para valores acima dos 113% em 2019.

RAMO "DOENÇA": continua a evoluir positivamente, desta feita com uma variação homóloga de +8,7%.

SEGMENTO VIDA: forte quebra de produção registada em 2019 (-14%) e nos resultados da conta técnica Vida observados no final de 2019 (208 milhões de euros), uma redução de -55% (-170 milhões de euros) face a período homólogo de 2018.

MERCADO SEGURADOR PORTUGUÊS
PRINCIPAIS INDICADORES - 2019

EMPRESAS COM ESTABELECIMENTO

73

COLABORADORES

10.150

MEDIADORES

16.763

PRODUÇÃO DE SEGURO DIRETO

12,2
Mil Milhões Euros

vida	não vida
7,0	5,2

RESULTADOS
valores provisórios

346
Milhões Euros

vida	não vida
208	238

não técnicos: -100

ATIVOS DE INVESTIMENTO
valores provisórios

56,7
Mil Milhões Euros

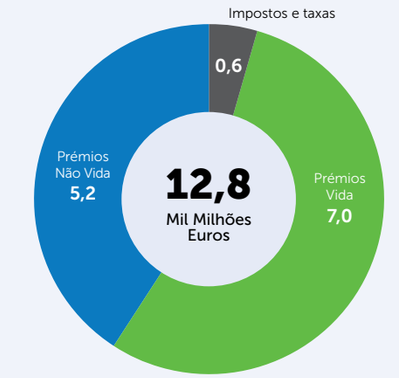
PRODUÇÃO/ PIB
Rácio Penetração

6%

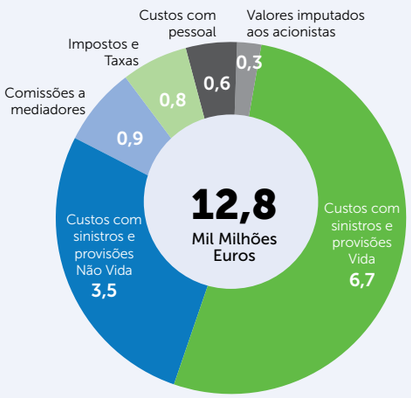
RÁCIO DE SOLVÊNCIA
valores provisórios

181%

PRÉMIOS RECEBIDOS DOS TOMADORES DE SEGUROS
Valor provisório



DEVOLUÇÃO À SOCIEDADE
Valor provisório



PRODUÇÃO EMITIDA DE SEGURO DIRETO POR CANAL DE DISTRIBUIÇÃO - 2020.04

PRODUÇÃO ACUMULADA DESDE JANEIRO	Milhares de Euros		Variação homóloga		Estrutura da Produção	
	2019.04	2020.04	Nominal	Real	2020.03	2020.04
VIDA	2 715 723	1 344 378	-50,5%	-50,6%	59,7%	40,8%
Risco	345 711	356 811	3,2%	3,0%	7,6%	10,8%
Produtos Capitalização	977 655	641 853	-34,3%	-34,5%	21,5%	19,5%
PPR	1 390 307	345 714	-75,1%	-75,2%	30,6%	10,5%
Operações de capitalização	2 050	0	-100,0%	-100,0%	0,0%	
NÃO VIDA	1 835 115	1 947 560	6,1%	5,9%	40,3%	59,2%
Acidentes e Doença	769 949	833 360	8,2%	8,0%	16,9%	25,3%
Acidentes de Trabalho	359 314	387 307	7,8%	7,5%	7,9%	11,8%
Doença	355 959	392 329	10,2%	9,9%	7,8%	11,9%
Incêndio e Outros Danos de Coisas	313 961	328 459	4,6%	4,4%	6,9%	10,0%
Habitação e Condomínios	175 303	185 179	5,6%	5,4%	3,9%	5,6%
Comércio e Indústria	104 659	110 536	5,6%	5,4%	2,3%	3,4%
Automóvel	645 637	679 930	5,3%	5,1%	14,2%	20,7%
Transportes	19 003	17 871	-6,0%	-6,2%	0,4%	0,5%
Responsabilidade Civil Geral	47 346	47 966	1,3%	1,1%	1,0%	1,5%
Diversos	39 219	39 973	1,9%	1,7%	0,9%	1,2%
TOTAL	**4 550 838**	**3 291 937**	**-27,7%**	**-27,8%**	**100,0%**	**100,0%**

U: Milhares de Euros

A informação à disposição da APS relativamente à produção acumulada até ao mês de abril aponta para uma quebra global de quase 28% quando comparada com a produção acumulada do período homólogo de 2019.

É certo que, numa análise muito superficial, poderíamos ser tentados a associar esta quebra ao período difícil que atualmente atravessamos e aos impactos do surto de COVID-19. No entanto, não podemos deixar de constatar que estamos perante duas realidades distintas quando analisamos o segmento Vida e o segmento Não Vida.

No caso do segmento Vida, a redução homóloga de mais de 50% da produção acumulada até finais de abril mantem o perfil evolutivo que vinha sendo registado desde o início do ano (note-se que, até ao final de fevereiro, último mês antes do irromper do surto de COVID-19 em Portugal, o decréscimo homólogo era já de quase 41%) o que, por sua vez, acentua a tendência já observada em 2019 (ano que terminou com uma quebra acumulada da produção deste segmento na ordem dos 14%).

Neste contexto, são várias as razões que podemos apontar para esta evolução no segmento Vida (nomeadamente, a baixa taxa de poupança dos portugueses, a falta de estímulos a esta poupança e os efeitos do ambiente prolongado de baixas taxas de juro na atratividade dos produtos que podem ser oferecidos pelas empresas de seguros), mas nenhuma delas é propriamente nova, embora possam ser ligeiramente ampliadas pelos impactos derivados do surto de COVID-19, quer no rendimento disponível das famílias, quer na rentabilidade e volatilidade observadas nos mercados financeiros.

Já no que respeita ao segmento Não Vida, que tradicionalmente apresenta uma forte correlação com o nível de atividade económica, o volume de produção começa já a refletir os primeiros impactos da diminuição do nível de atividade económica resultante do surto de COVID-19, reflexo este que, no entanto, se intensificará mais ao longo dos próximos meses.

É, por isso, prematuro tirar conclusões fundamentadas com base na informação da produção acumulada até abril, sendo mais prudente aguardar pelas evoluções que venham a ser observadas durante os próximos meses (senão mesmo até ao final do ano).

São várias as razões pelas quais é difícil aferir estes impactos num tão curto espaço de tempo (cerca de mês e meio) desde que os efeitos do surto se começaram verdadeiramente a sentir na economia real, ou seja, desde que foi declarado o estado de emergência e desde que começaram a ser implementadas medidas de mitigação da propagação do vírus, nomeadamente medidas de distanciamento e isolamento social.

Desde logo porque nem todos os contratos de seguro implicam pagamentos mensais, existindo outras formas de fracionamento dos prémios (nomeadamente, anuais e trimestrais) que podem ter um claro impacto na forma como o volume de prémios se distribui ao longo do ano. A título de exemplo, no caso dos seguros com pagamentos anuais, existe uma tradição enraizada em certos ramos Não Vida de fazer coincidir o vencimento do prémio com o início do ano civil.

Por outro lado, os efeitos de quaisquer medidas tendentes à redução (e/ou estorno) do prémio, seja por iniciativa do tomador, seja por iniciativa das próprias companhias de seguros, levam o seu tempo a ser processadas a nível administrativo e muito dificilmente estarão já completamente refletidas nos números de final de abril. Existem, aliás, medidas tornadas públicas por várias seguradoras que não têm impacto imediato na produção, mas sim reflexo nos prémios da anuidade seguinte (e note-se que esta é mesmo uma das possibilidades facultadas pelo Decreto-Lei 20-F/2020, legislação que, recorde-se, entrou apenas em vigor a 13 de maio e, naturalmente, não tem ainda impactos nos números de abril).

Por fim, recordamos ainda que existem diversos procedimentos no que respeita à emissão e ao pagamento do prémio (através de mediadores, por débito direto, ...) que podem também ter impacto na tempestividade de como os prémios são contabilizados pelas diferentes empresas de seguros.

Em todo o caso, podemos já identificar uma tendência de desaceleração global dos prémios do segmento Não Vida face ao que havia sido observado no período anterior ao surto de COVID-19. Para tal basta comparar o crescimento dos prémios do segmento até fevereiro (+7,3%) com o crescimento observado até final de abril (+6,1%).

Esta desaceleração é praticamente transversal a todo segmento, mas é mais evidente no ramo "Acidentes de Trabalho" (que passou de +14,7%, em fevereiro, para 7,8% em abril) e no ramo "Automóvel" (que passou de 6,7% para 5,3%).

Ainda assim, e pela positiva, destacar o dinamismo dos seguros de "Saúde" e "Multirriscos Habitação" que contrariam a tendência de desaceleração e, mesmo nas atuais circunstâncias, estão em abril a crescer a um ritmo superior ao de fevereiro, refletindo certamente a crescente preocupação dos cidadãos em protegerem a sua saúde e a sua habitação.

Tudo isto conjugado, torna-se evidente que os indicadores de abril não permitem ainda retirar conclusões definitivas sobre os impactos do surto de COVID-19 na produção global do setor segurador. A análise do impacto desta crise terá necessariamente de ser efetuada com base num período mais alargado.

PORTUGUESES SATISFEITOS COM SEGURADORAS

O setor segurador lidera, pelo quarto ano consecutivo, o Índice Nacional de Satisfação do Cliente no segmento relativo ao setor financeiro. A nível nacional, ocupa a 3ª posição. Estudo do European Customer Satisfaction Index – Portugal 2019 analisou 11 companhias.

O setor segurador lidera o Índice Nacional de Satisfação do Cliente no segmento relativo ao setor financeiro, o que acontece pelo quarto ano consecutivo. No posicionamento nacional da satisfação ocupa a 3.ª posição, com um índice médio de satisfação de 7,5 pontos, num máximo de 10. Os Seguros, apenas ultrapassados pelo Gás em Garrafa (7,91) e Combustíveis (7,76), perfilaram-se à frente da Banca, Águas, Transportes e Telecomunicações.

Estas são as conclusões do 20.º estudo European Customer Satisfaction Index (ECSI – Portugal 2019) elaborado pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ), a Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ) e Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa (NOVA IMS), que inquiriu 2.742 clientes de um universo de 11 seguradoras. Estudo abrangeu 16 setores e subsetores.

Aos olhos dos consumidores, os Seguros são um dos setores em que depositam mais confiança. Os índices de Qualidade Apercebida (7,92 pontos), Imagem (7,87 pontos) e Confiança (7,72) apresentam as maiores valorizações médias dos indicadores utilizados no estudo ECSI que analisou igualmente as Expectativas, Valor Apercebido, Satisfação, Resolução das Reclamações, Confiança, Lealdade e Presença Digital.

O RAIO-X DO CLIENTE

O estudo ECSI, que avalia o Índice Nacional de Satisfação do Cliente, permitiu, paralelamente, traçar um perfil do cliente do setor segurador.

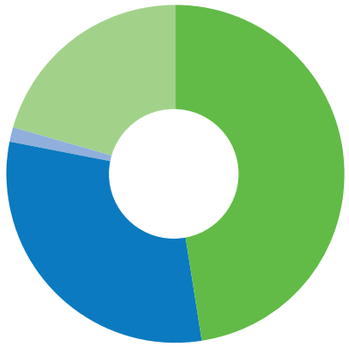
Desta forma, 35,7% dos inquiridos têm a exclusividade com uma seguradora e metade (51,7%) não saberia que seguradora escolher caso reduzisse a atividade com a companhia com a qual contratualiza as apólices.

A porta de entrada com as seguradoras acontece, para a quase maioria dos clientes, por via do mediador/corretor de seguros (48,6%), sendo o contacto habitual estabelecido preferencialmente (43%) por telefone ou feito de forma presencial (36,2%). Neste último ponto, assiste-se a uma inflexão desde 2016, ano que, então, mais de metade dos clientes preferia esta forma de relação.

O ramo Automóvel ocupa o topo das subscrições: 65,8% dos inquiridos têm o veículo (automóvel ou mota) segurado. A MR Habitação ocupa a vice-liderança na carteira de apólices, com 44%.

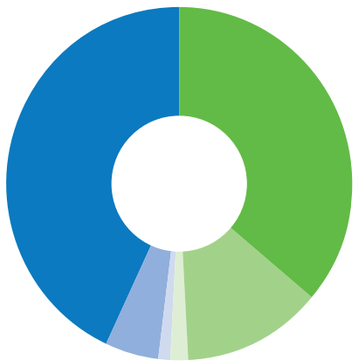
Canal de contacto com a seguradora (%)

- Companhia de Seguros: **30,0**
- Mediador / Corrector: **48,6**
- Banco: **19,9**
- NS/NR: **1,5**

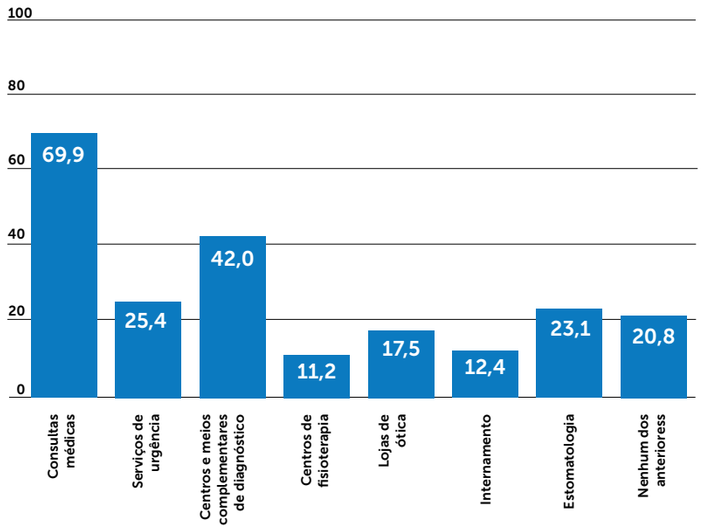


Canal de contacto com a seguradora (%)

- Telefone: **43,0**
- Pessoalmente: **36,2**
- Correio Elec. (email): **13,0**
- Outro:**0,9**
- Correio: **1,9**
- Nunca Contacta: **5,0**



Serviços utilizados da rede de prestadores no último ano (%)



Entre os clientes com seguro Vida (30%), uma esmagadora maioria (73,9%) esclarece que este está associado ao Crédito Habitação.

Na Saúde, o grosso dos inquiridos (74,9%) é responsável pelo pagamento do seguro, metade recorre à rede convencionada do segurador e, a nível de cobertura, menos de 50% junta o agregado familiar na proteção.

Por último, em relação a participações às seguradoras no último ano, 76% afirmam tê-lo feito. Os veículos destacam-se com mais de metade do bolo, seguido dos MR Habitação pouco mais de 25%.

FICHA TÉCNICA: EUROPEAN CUSTOMER SATISFACTION INDEX (ECSI)

O ECSI Portugal – Índice Nacional de Satisfação do Cliente, é um sistema de medida da qualidade dos bens e serviços disponíveis no mercado nacional, por via da satisfação do cliente.

Conduzido por uma equipa composta pelo Instituto Português da Qualidade, Associação Portuguesa para a Qualidade e Nova Information Management School - Universidade Nova de Lisboa, em 2019, a população alvo do estudo relativo inclui clientes, maiores de 18 anos, de todos os ramos (Propriedade, Vida, Saúde e Automóvel).

Foram entrevistados, em média, 250 clientes de cada seguradora em estudo (11) o que, no total, corresponde a 2742 entrevistas realizadas.

Seguradoras: Ageas, Allianz, CA Seguros, CA Vida, Fidelidade, Generali, Liberty, Lusitania, Ocidental, Tranquilidade e Zurich.

O estudo abrangeu 16 setores e subsetores: Banca, Seguros, Combustíveis, Gás em Garrafa, Gás Natural, Eletricidade, Dual (gás natural e eletricidade), Serviços Postais, Serviço Telefónico Fixo, Serviço Telefónico Móvel, Televisão por Subscrição, Internet Fixa, Internet Móvel, Águas e Transportes Públicos de Passageiros na Área Metropolitana de Lisboa e na Área Metropolitana do Porto.

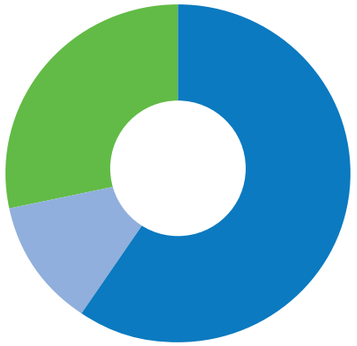
Cobertura do Seguro de Saúde (%)

52,1 Apenas o próprio

46,8 O agregado familiar

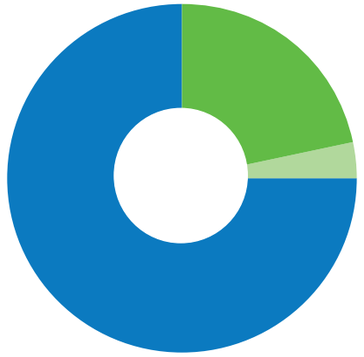
Utilização do Seguro de Saúde (%)

- Rede convencionada do seu segurador **52,0**
- Misto: **24,6**
- Seguro de reembolso: **10,6**



Responsável pelo pagamento do prémio (%)

- O próprio: **74,9**
- Entidade patronal: **21,8**
- Ambos: **3,2**



SAÚDE, INDEMNIZAÇÕES E LIBERDADE CONTRATUAL. OS TEMAS DO PRÉMIO APS

O tratamento de dados na saúde, crédito de indemnização e a liberdade contratual foram os temas dos três trabalhos premiados no "Prémio Associação Portuguesa de Seguradores".

O tratamento de dados de saúde na atividade seguradora, escrito por Diana Nogueira Pires, *Concurso de Credores e Crédito de Indemnização no Contrato de Seguro*, da autoria de Vasco Baptista, e *O Contrato de Seguro e a Liberdade Contratual*, de Eva Dale, foram os três trabalhos premiados com o **Prémio Associação Portuguesa de Seguradores**, galardão que reconhece os melhores estudos e trabalhos de dissertação ou de investigação sobre temas da área do Direito dos Seguros.

O tratamento de dados de saúde na atividade seguradora "pretende alertar para um problema que se mantém, atualmente, no nosso ordenamento jurídico" alerta Diana Nogueira Pires. "Não se vislumbra no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (nem na lei que assegura a sua execução), de uma forma clara e inequívoca, qual a fonte de licitude que pode legitimar diretamente a seguradora, na sua atividade, a realizar o tratamento dos dados relativos à saúde (nomeadamente, em matéria de seguros de pessoas facultativos – vida, saúde e de acidentes pessoais)", explica a advogada na UON, Consulting, S.A., galardoada com o Prémio APS.

Para Vasco Baptista, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, "a curiosidade e procura incessante de questões que se levantaram e levantam na minha atividade profissional como Gestor de Sinistros", da AIG, foram as razões que o levaram à investigação traduzida em papel. Em relação ao trabalho premiado, O Contrato de Seguro e a Liberdade Contratual, revela que "o estudo versa sobre a natureza jurídica e a importância prática do Designado Crédito de Indemnização previsto nos Artigos 741.º Código Civil e 146.º n.º 2 da Lei do Contrato de Seguro".

Para Eva Dale, advogada na Uría Menéndez – Proença de Carvalho, "o desenvolvimento harmonioso da atuação humana (coletiva e individual) depende, se não de uma eliminação, pelo menos da gestão (possível) do risco". A esta soma-se "o papel económico de que o setor segurador é dotado", que através da captação de fundos gera "um mercado de risco", pelo que as empresas do setor devem ser "consideradas como parte integrante, e fundamental do sistema financeiro, em sentido lato", discorre. No estudo que apresentou, explica, "trata as especificidades que a liberdade contratual, como um dos princípios basilares do nosso direito, reveste em relação ao contrato de seguro e de que forma é que esta será limitada e qual a justificação subjacente a tais limitações".

O júri do Prémio APS foi constituído pelo Professor Doutor Pedro Romano Martinez, Professor Doutor Filipe de Albuquerque Matos e pelo Dr. Guilherme Figueiredo.

"AS SOLUÇÕES DE *E-LEARNING* TÊM SIDO CRUCIAIS"

A Academia Portuguesa de Seguros incorpora novos temas no Plano de Formação da APS, em 2020. E-learning permite adaptação da formação ao novo quadro regulatório.

No seu Plano de Formação 2020, a Academia Portuguesa de Seguros procura incorporar ou reforçar na oferta programas dirigidos a novas áreas, riscos e exigências, com sejam ações relacionadas com envelhecimento e a poupança, saúde e danos corporais, ciber riscos, investimentos ecologicamente sustentáveis, *compliance* e proteção de dados, solvência e transformação digital nas operações e na interação com clientes. Atribui especial atenção aos novos cursos de Qualificação Inicial Adequada e de Conformação de mediadores/distribuidores, adaptados à Lei nº 7/2019 e à Norma Regulamentar nº 6/2019-R, há muito aguardados e finalmente viabilizados.

Quem intervém na venda de produtos de seguros está sujeito a regras uniformes, em várias matérias, e diferenciadas, em função da categoria. Cerca de 17 mil mediadores estão registados na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), incluindo mais de 3500 pessoas coletivas, que têm ao seu serviço dezenas de milhares de colaboradores com funções de natureza comercial, bastando, para esta equação, ponderar o número de colaboradores dos balcões dos bancos, também eles, na sua maioria, mediadores de seguros. Ao que acresce agora, no regime recentemente adotado, as próprias empresas de seguros, enquanto distribuidoras dos seus próprios produtos. Muitos e muito dispersos geograficamente, demonstrando que a proximidade é ainda um atributo muito valorizado nesta relação comercial.

Ambos estão sujeitos a exigências que visam assegurar padrões mínimos no serviço prestado aos tomadores de seguros, designadamente em matéria de conduta de mercado - transparência do processo de venda, informações sobre os produtos ou o tratamento de reclamações.

A montante destas preocupações, emerge outra na regulação desta atividade: a qualificação (imperativo legal) das pessoas envolvidas na distribuição de seguros. Esta assenta em:

- Formação para qualificação inicial adequada. 55 a 80 horas, embora possa atingir 120 horas;
- Conformação com os requisitos de qualificação adequada. 10 as 25 horas;
- Formação e aperfeiçoamento profissional contínuo, de aplicação universal: Mínimo, 15 horas.

Servir estas necessidades de formação, com as referidas características da população e inevitáveis pressões temporais, não é simples. Só entre os cursos de qualificação inicial adequada e de conformação, são mais de 20 as opções de formação. São dezenas de milhares de pessoas a que é preciso chegar (a larga maioria em cursos de conformação), com diferentes perfis de competências, capacidades e disponibilidade. Tudo isto em cima de programas de formação relativamente especializados, que poucas entidades formadoras têm vocação ou capacidade para desenvolver.

Dada a sua relevância para a população a certificar obrigatoriamente neste domínio, o Plano inclui um capítulo específico dedicado a estes cursos de Qualificação Inicial e de Conformação, onde se detalha a vasta oferta que a Academia preparou para responder às necessidades do mercado, seja em formato presencial, seja em formato de *e-learning*.

As soluções de *e-learning* têm sido cruciais. Sem elas, o setor da distribuição de seguros não teria qualquer capacidade para se conformar inteiramente e em tempo útil com estas exigências regulatórias. Teria de condicionar a sua atividade com a afetação dos recursos humanos a ações presenciais, tipicamente menos ágeis e mais distantes. E suportaria, certamente, um custo bem mais pesado para cumprir estas exigências, penalizando grandes e pequenos operadores.

Para além das vantagens que conferem à participação dos formandos, as soluções de *e-learning* acrescentam agilidade às próprias organizações, na medida em que podem ser acedidas em diferentes plataformas de Learning Management System, incluindo a da APS, com requisitos de acesso relativamente simples, disponibilidade 24x7, gestão e *reporting* regular da atividade dos formandos, *helpdesk* de usabilidade e técnico e possível customização gráfica.

CONTRATO DE SEGURO EM TEMPO DE PANDEMIA

Através do Decreto-Lei n.º 20-F/2020, o governo aprovou um regime excecional de pagamento de prémios e um regime excecional a aplicar aos seguros ligados às atividades que tenham sido objeto de redução significativa ou que tenham sido suspensas originando uma redução temporária do risco.

O regime excecional e temporário relativo aos contratos de seguro vigora até 30 de setembro e prevê, entre outros pontos, que seguradoras e os tomadores de seguros podem acordar entre si o pagamento do prémio em data posterior à do início da cobertura dos riscos, o afastamento da resolução automática ou da não prorrogação em caso de falta de pagamento do prémio, o fracionamento do prémio, a prorrogação da validade do contrato de seguro ou a suspensão temporária do pagamento do prémio. No caso dos seguros obrigatórios, e só nesses, na falta de acordo entre o segurador e o tomador do seguro, e perante a falta de pagamento do prémio ou fração na respetiva data do vencimento, o contrato é prorrogado por um período limitado de 60 dias a contar da data do vencimento do prémio ou da fração devida.

JOSÉ GALAMBA DE OLIVEIRA ELEITO VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL DA CIP

José Galamba de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), foi eleito para os novos órgãos sociais da CIP - Confederação Empresarial de Portugal para o triénio 2020-2022. Galamba de Oliveira assume o cargo de vice-presidente do Conselho Geral, órgão presidido por Salvador de Mello, que preside igualmente à Mesa da Assembleia Geral.

António Saraiva, na CIP desde 2010, foi reconduzido, pelo quarto mandato consecutivo, no cargo de presidente da Direção da CIP. A eleição contou com a maior participação de sempre dos associados da Confederação: 585 votos, correspondentes a uma participação de 87% dos associados. O Conselho Fiscal será encabeçado por Bruno Bobone que, tal como Salvador de Mello, foi reconduzido nos respetivos cargos.

Os Órgãos Sociais da CIP para o triénio 2020-2022, eleitos a 5 de março, tomaram posse a 12 do mesmo mês sem cerimónia pública, seguindo as recomendações da Direção-Geral da Saúde na sequência do surto da doença COVID-19.

NOVO INQUÉRITO DO INSURANCE EUROPE SOBRE PENSÕES: QUASE METADE DOS EUROPEUS NÃO POUPA PARA A REFORMA

A segurança do montante e informação sobre garantias, de qualidade e por via digital, são as prioridades dos cidadãos europeus no que respeita aos produtos de reforma. Metade prefere uma renda.

Como é que os cidadãos europeus se estão a preparar financeiramente para a reforma e o que esperam dos sistemas de pensões. Foram estas as questões que serviram de base a um inquérito da Insurance Europe que envolveu mais de 10 mil cidadãos de 10 países europeus, entre os quais Portugal.

Quase metade dos cidadãos europeus inquiridos não está a realizar poupanças para a reforma através de sistemas financeiros privados. Dentro do universo dos que assumem que não fazem qualquer poupança, 62% relatam estar interessados em fazê-lo. No entanto, 42% afirmam não ter capacidade financeira para o fazer.

"Tendo em conta que uma proporção preocupante de pessoas não está, atualmente, a poupar o suficiente para a sua reforma, há uma necessidade premente de discutir, ao nível nacional e da União Europeia, qual a melhor

forma de mudar este cenário", referiu Nicolas Jeanmart, responsável pela área de seguros pessoais e gerais do Insurance Europe.

A segurança do montante investido surge, de forma destacada, como a principal prioridade no contexto da poupança para a reforma. Os cidadãos dos 10 países europeus envolvidos no estudo consideraram igualmente relevante a possibilidade de aumentar ou interromper as contribuições, deixar as poupanças para os descendentes e poder, facilmente, transferir ou ter acesso às poupanças (liquidez). No fundo da tabela das prioridades está a possibilidade de movimentar as poupanças entre os países europeus, a sustentabilidade e performance do investimento.

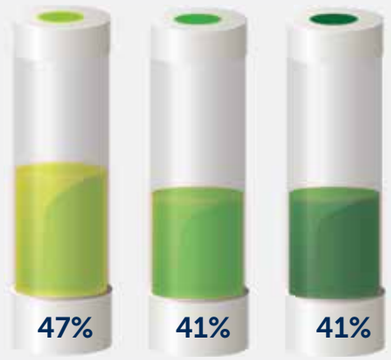
Informação apropriada e de qualidade é requerida pelos aforradores com o intuito de os ajudar a tomar decisões. E é através do digital que a grande maioria dos europeus (67%) prefere ser informado sobre produtos de pensões em detrimento do papel. Portugal, a par da Itália, é dos países em que essa preferência é mais realçada.

Os 10 mil inquiridos estão mais interessados em receber informações sobre garantias. Os custos, riscos, pagamentos e desempenho de investimentos fecham o 'Top 5' das prioridades em termos de informação. Em sentido oposto, estão as informações sobre estratégias de investimento, portabilidade da poupança para outro país e mudança de segurador.

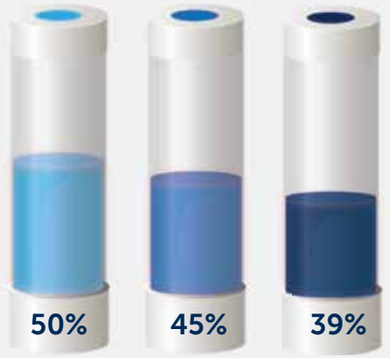
Quanto à forma como recebem a pensão, no momento da reforma, e sem conhecerem quaisquer projeções dos montantes, 46% dos entrevistados preferem uma renda, 30% elegem resgates flexíveis e 19% escolhem o pagamento único. No entanto, quando as projeções foram apresentadas, houve uma divisão igual entre aqueles que escolheram a forma de renda e os que preferiram o receber o capital de uma só vez.

"O inquérito revelou um claro interesse por certas formas de proteção, disponibilizadas tradicionalmente pelas seguradoras, tais como as garantias. É, portanto, crucial que os legisladores permitam que as seguradoras cumpram o seu importante papel no combate ao *pension gap*", alertou Nicolas Jeanmart.

POR IDADE

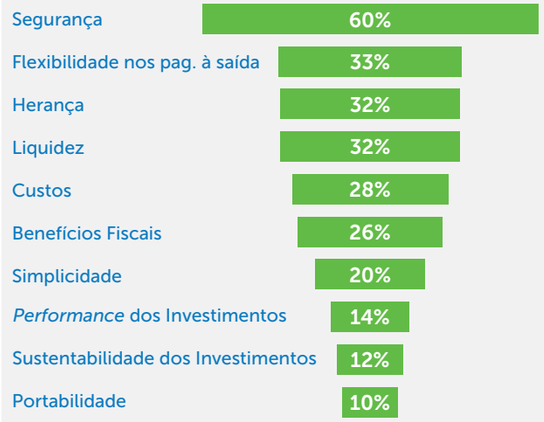


POR ESCOLARIDADE

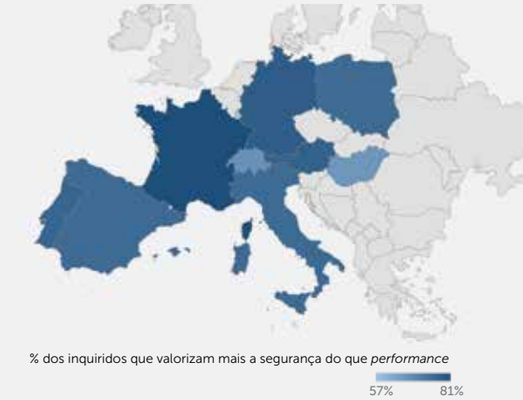


POR SEXO

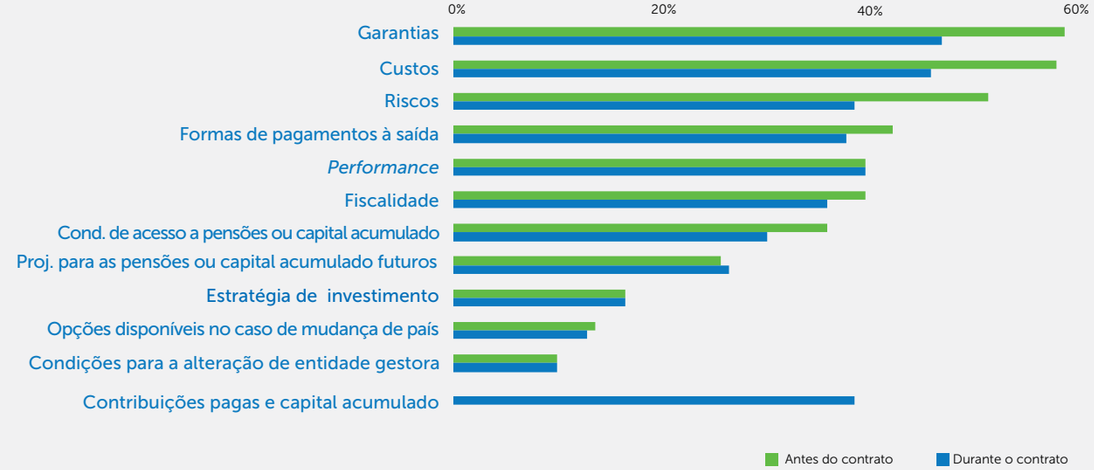
PRIORIDADES NA POUPANÇA DIRECIONADA À REFORMA



PREFERÊNCIA PELO FORMATO DIGITAL



5 MAIORES PRIORIDADES NA INFORMAÇÃO



FICHA TÉCNICA:
Data: agosto 2019. Entrevistados: 10 142 indivíduos. Geografia: 10 países – Alemanha, Áustria, Espanha, França, Hungria, Itália, Luxemburgo, Polónia, Portugal, Suíça. Amostra representativa: 49% do sexo feminino, 51% do sexo masculino, entre os 18 e os 65 anos, com diferentes situações de emprego, diferentes níveis de escolaridade e diferentes estados civis

VIVER ATÉ NA VELHICE

Joana Petiz
Subdiretora Dinheiro Vivo

Faltam cinco minutos para o sino da escola anunciar as 6h00 quando a Maria chega ao terreiro, saia verde azeitona e camisa branca repetidas das irmãs mais velhas. Essas hão de chegar mais tarde, já com a comida do meio-dia na barriga para aguentarem a jornada depois das tarefas da casa. A Maria caberá o trabalho da tarde, cumpridos os exercícios de escrita e matemática que levar como deveres. Três turnos entre as 6h00 e as 19h00. É assim que acontece a escola em Moçambique. É a única forma de acomodar todas as crianças no acesso à educação, uma conquista de algum desenvolvimento conseguido nas últimas décadas naquele que é um dos países mais jovens do mundo.

Em Moçambique, dois terços dos 30 milhões de habitantes têm até 24 anos – e envelhecer é um imenso desafio.

Em Portugal, são menos de um quarto os que estão nessa faixa, entre uma população cuja idade média está já além dos 45 anos, valor que nos atira para o grupo dos mais velhos da Europa. Mas se deste lado se vive confortavelmente e cada vez até mais tarde, demasiadas vezes a qualidade de vida desaparece rapidamente, conforme se avança nos 60, nos 70, nos 80.

Entre a necessidade de trabalhar mais horas e mais anos, a inevitabilidade de nos reinventarmos durante a vida ativa, o emagrecimento das pensões, a falta de garantias de segurança na velhice e as doenças do século que nos vão esboroando os anos em que nos devia ser assegurada a tranquilidade, há grandes desafios que temos de atacar já. Mesmo porque o maior e mais estrutural de todos eles, o demográfico – o único que oferece uma solução de facto – levará gerações.

Se a todos, famílias (despertas para a necessidade de se alargarem e melhor cuidarem dos seus e do seu próprio futuro) e empresas (que precisam de encontrar meios que permitam ganhar produtividade enquanto asseguram aos trabalhadores rendimento digno e tempo para o lado pessoal), cabe um papel nesta inversão de fatores urgente da qual depende a nossa sobrevivência, também o Estado tem funções inalienáveis. A mais importante sendo assegurar o que lhe é devido: conforto e assistência aos mais fracos.

Não se trata de encurtar existências incómodas, não é por aí que se resolve as necessidades da comunidade e das famílias. A solução passa por gerar uma verdadeira rede de cuidados, que envolva também privados e instituições de solidariedade social, no esforço de assegurar os cuidados continuados e a dignidade que nos definem enquanto sociedade moderna e civilizada. É a única maneira de vivermos até na velhice.

A NÃO PERDER

COVID-19 E O REGRESSO AO TRABALHO

O INÍCIO DA COVID-19

Em dezembro de 2019, o médico oftalmologista chinês Li Wenliang, alertava os seus colegas na rede social WeChat, para a necessidade de tomarem particulares precauções face a um surto de pneumonias semelhantes à SARS, que estava a ser detetado no hospital em que trabalhava, na cidade de Wuhan. As autoridades chinesas censuram de imediato este alerta, acusando-o de estar a espalhar rumores e de perturbar severamente a ordem social. Todavia, em 31 de dezembro, as autoridades de saúde do país comunicavam à Organização Mundial de Saúde (OMS) a ocorrência de surto de 27 casos de pneumonia viral grave, de origem desconhecida.

Em 4 de janeiro de 2020, a OMS informava a comunicação social internacional do surto, então ainda sem mortes. Cinco dias mais tarde, em 9 de janeiro, a China comunicava ter concluído que o responsável pelo surto era um vírus até então desconhecido, da família dos coronavírus. A sequência genética deste novo coronavírus viria a ser submetida por este país à OMS, no dia 12 de janeiro. No dia seguinte confirmava-se o primeiro caso fora da China, na Tailândia e, em 14 de janeiro, a OMS alertava para o risco de um possível surto mais amplo, surto este que, cerca de 15 dias depois, em 30 de janeiro, viria a declarar como emergência de saúde pública de interesse internacional (PHEIC). O mundo tomava assim, progressivamente, conhecimento deste problema que o iria afetar profundamente em poucas semanas, tendo sido poucos os países que reconheceram então a gravidade do que estava para vir, iniciando medidas concretas e efetivas de prevenção.

Duarte Nuno Vieira
Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Especialista em Medicina do Trabalho e Diretor Clínico da Safemode.

Em 12 de fevereiro de 2020, o Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus designou oficialmente o vírus em causa como coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2). No mesmo dia, a OMS designava a doença decorrente da infeção pelo SARS-CoV-2 como COVID-19 (Corona Virus Disease 2019). Quatro semanas depois, em 11 de março, a OMS, considerava a COVID-19 como uma pandemia, vincando a sua preocupação pelos níveis alarmantes de disseminação e severidade que se estavam a verificar e pela inação de muitos países.

A situação evoluiu, assim, exponencialmente. E se, em 30 de janeiro, o relatório de situação da OMS (Situation Report 10) assinalava apenas 7.736 casos de infeção confirmados na China e 170 mortes, bem como 82 casos em 18 outros países, três meses depois, em 30 de Abril de 2020 (dia em que escrevemos este texto), o relatório de situação da OMS (Situation Report 101), dava conta de 3.090.445 de casos confirmados e de 217.769 mortes por infeção pela COVID-19 a nível mundial. Em Portugal, passou-se, no mesmo período, de 0 casos para 25.702 confirmados e 1.074 mortes, números que irão continuar a aumentar. O País esteve em Estado de Emergência Nacional entre 19 de março e 2 de maio de 2020 (nos termos dos Decretos do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, e n.º 17-A/2020, de 2 de abril), tendo sido então definidas regras (de encerramento, de suspensão, de permanência do funcionamento e de proibição) para determinados tipos de instalações, estabelecimentos e atividades. Estará, a partir de 3 de maio, em estado de calamidade pública, por decisão governamental.

VÍRUS E CORONAVÍRUS

Os vírus são organismos acelulares muito simples e pequenos, formados basicamente por uma cápsula proteica envolvendo o material genético, e que podem infetar todos os tipos de formas de vida; de animais e plantas a microorganismos, incluindo bactérias e arquéias. Não possuem metabolismo próprio, precisando de uma célula hospedeira. São, pois, parasitas intracelulares obrigatórios. Existe até alguma controvérsia no seio da comunidade científica sobre se os vírus são apenas estruturas orgânicas que interagem com organismos vivos ou se poderão ser considerados como uma forma de vida. Sabe-se da sua existência desde os finais do séc. XIX, tendo sido em 1898, que Martinus Beijerinck (microbiólogo e botânico holandês, considerado o pai da virologia) descobriu o vírus do mosaico do tabaco, embora alguns anos antes, em 1892, Dmitri Ivanovsky (biólogo russo-ucraniano) tivesse já descrito um patógeno não bacteriano que infetava as plantas de tabaco. Apenas seriam visualizados pela primeira vez em 1931, ano em que Ernst Ruska e Max Knoll (físico e engenheiro alemães) obtiveram as primeiras imagens de vírus, após a invenção da microscopia eletrônica. Os vírus espalham-se de várias maneiras e cada um apresenta a capacidade de infetar um tipo específico de célula ("especificidade de hospedeiro") podendo ter diferentes "intervalos de hospedeiros".

Os coronavírus (família a que pertence o SARS-CoV-2) são conhecidos desde os anos 60 do século passado. O seu nome deriva da circunstância de, ao corte, terem um aspeto similar ao de uma coroa (corona, em latim). São uma extensa família de vírus que causam doenças em mamíferos e aves, sendo que a maioria circula pelos animais e não infeta humanos. Podem, todavia, chegar ao homem através de um fenómeno que a comunidade científica designa por "Spillover" (traduzível por evento de transbordo; um vírus que circulava numa espécie animal é transmitido aos humanos). Até dezembro de 2019, conheciam-se seis coronavírus capazes de infetar o ser humano, quatro deles provocando infeções do trato respiratório e gastrointestinal, habitualmente leves, como as da comum constipação. Sabia-se já, todavia, que os outros dois coronavírus, mais raros, podiam causar no homem doença grave e serem até letais. Sabia-se isso de um passado recente. Com efeito, em 2002 surgiu, também na China, a chamada Síndrome de Dificuldade Respiratória Aguda (SARS), resultante da passagem de um coronavírus do morcego para gatos selvagens e destes para o homem, e, em 2012, surgiu na Jordânia e Arábia Saudita a Síndrome Respiratória do Médio Oriente (MERS), envolvendo a passagem do vírus do morcego para dromedários e destes para homem. Não se sabe ainda qual a origem do SARS-CoV-2 e como chegou ao homem. Suspeita-se que a sua origem possa estar também nos morcegos, animal selvagem que se pensa albergar múltiplas diferentes espécies de vírus. Mas não existem certezas e, como é conhecido, este assunto tem sido (e será ainda durante mais algum tempo) objeto de intensa controvérsia, nalguns casos até com contornos políticos.

O conhecimento sobre o ARS-CoV-2 e sobre a epidemiologia da COVID-19 tem vindo a aumentar continuamente, sendo, aliás, absolutamente estratégico para a programação e projeção das intervenções de saúde pública a concretizar. Tem sido um processo particularmente célere e dinâmico, desenvolvido a um ritmo muito superior ao que se verificou noutras situações do passado. Contudo, é ainda muito o que não sabemos ou, pelo menos, ainda muito aquilo que não conhecemos completamente relativamente a este vírus e à infeção que provoca. E não dispomos ainda de vacina para o SARS-CoV-2 nem de tratamentos específicos para ela a infeção que provoca, algo que será fundamental para controlar definitivamente a situação que vivenciamos. Existem perspetivas animadoras de que tal possa suceder num período temporal bem mais curto do que aquele que foi necessário no passado para outras infeções virais, mas nada nos garante atualmente que assim seja, sendo elevada a probabilidade de termos de continuar a lidar com o risco de COVID-19 nos próximos anos.

As medidas de prevenção e seguranças são, pois, o meio de que dispomos hoje para procurar evitar a propagação desta infeção viral e as suas consequências para a saúde. As medidas que têm vindo a ser sucessivamente preconizadas, são o resultado do conhecimento cientificamente fundamentado no momento da sua elaboração, sendo progressivamente reformuladas e ajustadas. Como referido, muitos aspetos sobre o novo coronavírus e sobre a infeção que provoca, permanecem por esclarecer, sendo assim previsível que algumas das recomendações atualmente preconizadas possam vir a sofrer alterações, tal como já sucedeu.

Todos temos consciência que as medidas oficialmente concretizadas em Portugal proporcionaram resultados positivos na contenção da transmissão do vírus e da expansão da doença por ele causada, possibilitando equacionar uma situação de desconfinamento progressivo e de reabertura comercial, a iniciar em maio de 2020. O comportamento de todos nesta nova fase, irá determinar a evolução da pandemia entre nós, sendo absolutamente fundamental que se continuem a cumprir, escrupulosamente, as práticas de higienização e de etiqueta respiratória que têm vindo a ser reiteradamente recomendadas, assim com as regras relativas à interação social, nomeadamente para que se preserve o baixo valor de R0 (número de contágio causados por cada pessoa infetada) alcançado. Mas com a retoma da atividade laboral é igualmente essencial que se acautele a interação no âmbito profissional e que sejam adotadas neste âmbito práticas de higiene e segurança que reforcem a prevenção da infeção pela COVID19. Práticas de higiene e segurança que promovam, simultaneamente, um bom ambiente de trabalho, permitindo que todos se sintam seguros e confiantes no regresso progressivo às suas atividades profissionais.

Este é um período em que não pode haver aligeiramentos nem facilitismos, sob pena de se comprometer tudo o que se conseguiu. É, pois, particularmente relevante insistir na necessidade de se dar uma contínua atenção aos cuidados a ter antes de sair de casa para o trabalho, no trajeto para o trabalho, no local de trabalho e no regresso deste à vida social e pessoal. Assim como é importante que as entidades empregadoras estejam conscientes das condições que devem proporcionar a todos os seus colaboradores, para que as medidas de higiene e segurança possam ser efetivamente cumpridas.

Ao determinar a retoma gradual do funcionamento dos serviços públicos e da atividade comercial, o governo emitiu um plano de desconfinamento a que se têm associado recomendações das autoridades de saúde. Recomendações que visam a prestação do trabalho em condições de higiene, segurança e saúde e a redução do risco de propagação da COVID-19, e que devem merecer uma cuidadosa atenção de todos, na certeza de que, obviamente, não é exequível eliminar por completo esse risco, mas que é absolutamente possível minimizá-lo. São recomendações que se inserem na linha do que tem vindo a ser preconizado pelas principais organizações internacionais neste âmbito, e nomeadamente pela Organização Mundial de Saúde (OMS/WHO) e pela Organização Internacional do trabalho (OIT/ILO), assim como por organizações e autoridades de saúde e do

trabalho de múltiplos países. Recomendações, repetimos, cujo conhecimento é fundamental, e que teremos de ir ajustando à realidade concreta de cada momento. Recomendações que se impõe sejam relembradas.

QUEM NÃO DEVE REGRESSAR AO TRABALHO PRESENCIAL

Neste momento em que as empresas perspetivam a retoma de atividade e/ou a reabertura das suas portas, o teletrabalho deve continuar a constituir a opção preferencial, quando exequível e uma vez acauteladas as condições para o seu exercício, devendo promover-se o faseamento do regresso dos trabalhadores, na medida do possível. E não devem, desde logo, regressar ao seu local de trabalho presencial, as pessoas que se encontrem numa das seguintes situações:

a) Quem tiver algum sintoma suscetível de corresponder a infeção pela COVID-19 e quem manteve contacto próximo com casos confirmados ou suspeitos de COVID-19. Nestas situações, o procedimento adequado a seguir, será o de informar a chefia direta e contactar a linha SNS 24 (808 24 24 24), obtendo cada indivíduo adequada orientação sobre a sua situação concreta e o sobre que fazer.

b) Quem pertencer ao grupo de pessoas sujeitas a um dever especial de proteção ("grupo de risco"), seja por razão de idade ou contexto de gravidez, seja por ser portador de doença crónica, de acordo com as orientações da Direção-Geral da Saúde. Nestes casos, deverá dar-se continuidade ao desempenho de funções remotamente (isto é, por teletrabalho), sempre que possível, ou contactar-se o médico do trabalho (recorrendo preferencialmente a canal de comunicação à distância), que informará a chefia direta e dará à pessoa informação sobre como proceder. Sublinhe-se que, por razões de proteção de dados pessoais, a medicina do trabalho não pode indicar quem são os trabalhadores que, por razões de doença ou gestação, integram o grupo de risco. Devem, pois, ser criados mecanismos que permitam ao trabalhador assinalar que essa é a sua situação sem ter de revelar qual a causa, a qual poderá ser confirmada pelo médico do trabalho, sem divulgar qual o contexto concreto. Poderá, também, ser contactado o médico de família que, se assim o entender, colocará a pessoa em situação de baixa médica.

PREVENÇÃO, HIGIENE E SEGURANÇA NO REGRESSO AO TRABALHO

Todos os que vão regressar ao trabalho, deverão adotar cuidados e precauções adicionais, para além das regras gerais de higienização e de etiqueta respiratória e dos procedimentos de conduta social, que serão para manter continuamente e em qualquer circunstância. Cuidados e precauções que devem começar a ser tomados antes de sair de casa, e que continuarão durante o trajeto para o trabalho, no local de trabalho e no regresso à vida social e pessoal. Cuidados e precauções aos quais acrescem os que devem ser adotados pela entidade empregadora. Todos eles são fundamentais para que cada um garanta a sua saúde, mas também a de colaboradores, parceiros, clientes, fornecedores, familiares e, em última linha, da comunidade em geral.

Nesta conformidade, antes de alguém sair de casa para o trabalho, deve assegurar-se que leva consigo líquido desinfetante para as mãos (é aconselhável adquirir uma embalagem facilmente transportável e que se possa voltar a encher no início de cada dia), máscaras faciais (máscaras comunitárias ou de uso social), lenços descartáveis de papel (que serão úteis quando tiverem de tocar em objetos ou outras superfícies), assim como uma pequena embalagem de toalhetes desinfetantes. Frasco de desinfetante e máscaras são, aliás, objetos que devem passar a andar permanentemente connosco, sempre que saímos de casa. Ao deixar a habitação, calçar os sapatos de exterior (que devem estar à entrada da porta), devendo, quem vive em prédio com elevador, procurar optar pela utilização das escadas ou por descer sozinho naquele (será importante que o condomínio tenha já estabelecido e afixado regras quanto à utilização do elevador), evitando tocar em corrimãos e outras superfícies de contacto comum. Se tiver de o fazer necessariamente, usar lenço descartável para esse efeito.

Para o trajeto deve optar-se, sempre que possível, por viatura individual e transportar apenas pessoas com quem se coabita. Sendo inevitável levar uma outra pessoa, procurar limitar a boleia a apenas uma, que se deverá sentar no banco traseiro, atrás do lugar do pendura. Para entrar no veículo, tocar apenas no manípulo da porta que se vai usar, desinfetando as mãos depois de o

fazer e antes de tocar no interior do mesmo. Caso seja necessário transportar alguma coisa (nomeadamente mercadorias), fazê-lo sempre no porta bagagens, para minimizar as possibilidades de eventual contaminação do habitáculo. Quem tiver de concretizar a deslocação para o trabalho em transportes públicos, deve optar pelo circuito pedestre para a estação/paragem com menos gente e manter sempre a distância social. Deve, também, procurar aguardar de pé pelo transporte, mantendo continuamente a distância social relativamente às outras pessoas e respeitando as regras em vigor para entrar e sair dos transportes públicos. Uma vez no interior deste, utilizar máscara (que, idealmente, já deveria até estar colocada), procurando assegurar continuamente a distância adequada e usando novo lenço descartável se tiver de tocar em alguma superfície. Se se utilizar táxi ou similar para a deslocação, utilizar também máscara, desinfetar as mãos após entrar, e viajar sozinho no banco traseiro, atrás do lugar de pendura. Depois de sair do transporte público, desinfetar de imediato as mãos.

Ao chegar ao local de trabalho devem seguir-se todos os procedimentos de prevenção e de higiene e segurança que estiverem definidos pela instituição (em termos de uso de máscara, viseira, limpeza de calçado, etc.), lavar as mãos com água e sabão durante 20 segundos, evitar cumprimentos com contacto físico e manter a distância. Colocar sempre o material descartável no contentor adequado que for disponibilizado para o efeito. Dirigir-se ao local de trabalho de acordo com o fluxo de circulação que estiver definido e evitar sempre deslocações desnecessárias pelos espaços. Cada trabalhador deve certificar-se que o seu local de trabalho é limpo e higienizado regularmente e, se indicado e possível, proceder até, pessoalmente, a uma desinfeção do mesmo antes de iniciar a sua atividade, fazendo o mesmo ao finalizá-la. Se tiver de tocar em máquinas ou equipamentos também manipulados por outros utilizadores, desinfetá-los antes de os usar e lavar e/ou desinfetar as mãos antes e após a sua utilização, assim como se deve lavar e/ou desinfetar as mãos quando se receberem objetos do exterior ou de outros colegas (documentação, encomendas, etc.) ou depois e os manusear. Evitar a partilha de objetos de utilização pessoal (ferramentas, computadores, telefones, cadeiras, agrafadores, canetas, etc.). Ao longo da jornada de trabalho lavar e/ou desinfetar as mãos com regularidade. Eliminar sempre para os contentores ou recipientes específicos colocados à disposição, os materiais descartáveis e de proteção que se vão utilizando. Utilizar armários e gavetas para arrumar os objetos pessoais e os utensílios que menos se usam. Ao terminar o período de trabalho, deixar o posto organizado e arrumado, de forma a facilitar a respetiva limpeza e higienização por terceiros. Evitar ao longo do período laboral os locais com grande afluência de colegas (zonas de pausa, cantinas, etc.), fazendo apenas as pausas necessárias. Se for absolutamente necessário participar numa reunião de trabalho (é desaconselhada a organização ou a participação em reuniões presenciais nesta fase), preparar a reunião com antecedência, planear a chegada atempada ao local (mas sem exagerada antecedência), levar consigo os equipamentos de proteção individual recomendados pela organização assim como o desinfetante pessoal de

base alcoólica, manter todos os cuidados anteriormente assinalados e cumprir as regras específicas de prevenção instituídas para o local. Procurar registar os locais de deslocação ocorridos durante o trabalho e as pessoas com quem se contactou.

Proceder à automonitorização no decurso da jornada de trabalho e, se se notar algum sintoma suscetível de corresponder a infeção pela COVID-19, avisar de imediato a chefia direta e dirigir-se para a sala de isolamento. Avisar também a chefia direta e o(s) organizador(es) de reunião(ões) em que tenha participado se nos 14 dias após a sua realização surgirem sintomas.

Na deslocação para regressar a casa, assegurar precauções similares às tomadas ao ir para o trabalho. Ao chegar à residência, tirar os sapatos de exterior e deixá-los na entrada. Deixar também numa caixa na entrada, a carteira, chaves e outros objetos (nesta fase, é aconselhável utilizar o menor número possível de objetos pessoais, incluindo, nomeadamente, colares, pulseiras e outros objetos de adorno). Limpar o telemóvel e óculos com toalhitas humedecidas com detergente ou álcool a 70%. Colocar a roupa exterior dentro de um saco, lavando de preferência a mais de 60ºC. Usar luvas para limpar os objetos e tirá-las cuidadosamente no final, colocando-as no lixo. Lavar todas as zonas da superfície corporal expostas e, idealmente, tomar banho.

Se a pessoa tiver de sair do domicílio para tratar de qualquer assunto, deve planear cada saída, definindo antecipadamente os locais onde tem de ir e procurar fazê-lo, se viável, nas alturas de menor afluência. Se necessitar de ir às compras (deve, se possível, optar por fazer compras online), elaborar previamente uma lista do que se vai comprar (para gastar menos tempo nas compras), levar os seus próprios sacos, e evitar usar dinheiro para pagar, uma vez que este é um grande transmissor de microrganismos (usar outros métodos, como MBway ou cartão eletrónico).

ENTIDADES EMPREGADORAS E COVID-19

Como assinala a Direção Geral de Saúde (DGS) na sua Informação Técnica 15/2020, de 17.04.2020, o combate à propagação da infeção pela COVID-19 exige um esforço conjunto, só sendo possível através de uma ação concertada de medidas de prevenção e controlo. Nesta conformidade, devem também as entidades empregadoras tomar as medidas necessárias no sentido da minimização de risco. O empregador tem como obrigação assegurar aos trabalhadores as condições de segurança e de saúde em todos os aspetos do seu trabalho, cabendo-lhe, no atual contexto de pandemia, em colaboração com os serviços de Segurança e Saúde no Trabalho, estabelecer as condições técnicas que assegurem a concretização das medidas de prevenção que evitem a infeção dos trabalhadores por SARS-CoV-2 no local de trabalho e a transmissão da doença COVID-19.

Neste sentido, devem as entidades empregadoras acautelar os procedimentos seguintes:

1. Informar regularmente os trabalhadores, de forma clara, acessível, fiável e atualizada, sobre as medidas de prevenção e recomendações de saúde a serem seguidas, individual e coletivamente, e proporcionar-lhes também informação atualizada sobre a COVID-19 (período de incubação, sintomatologia e forma de transmissão do vírus), situação epidémica (número de indivíduos infetados na zona geográfica da empresa e respetivo risco comunicado pelas autoridades) e quais materiais de apoio que podem ser consultados, nomeadamente os disponibilizados pela DGS.

2. Reforçar continuamente a informação sobre as medidas de higiene e de etiqueta respiratória e de distanciamento físico, fazendo desse reforço uma preocupação constante;

3. Evitar, tanto quanto possível, a realização de atividades que impliquem ajuntamentos de pessoas, assim como reuniões presenciais de trabalho (privilegiando as reuniões por telefone ou videoconferência), reuniões de transferência de turnos (ou limitá-las apenas às pessoas-chave), etc., e cancelar confraternizações sociais regulares da empresa (convívios, eventos sociais, desportivos, etc.)

4. Concretizar as recomendações e medidas técnicas e organizacionais preconizadas pela DGS e pela Autoridade par as Condições de Trabalho (ACT) e por outras entidades competentes, nomeadamente no que se refere à ocupação máxima dos espaços, ao assegurar a distância de segurança e/ou a separação física entre trabalhadores e a respetiva proteção.

5. Dotar os espaços de trabalho e os trabalhadores dos produtos de higiene adequados e necessários para que possam ser cumpridas as recomendações de higiene e proteção, individuais e coletivas, segundo as indicações dos serviços de Segurança e Saúde no Trabalho (dispensadores de sabonete líquido, desinfetante para as mãos (solução antisséptica de base alcoólica-SABA), papel para limpeza das mãos, produtos adequados para limpeza e desinfeção do posto de trabalho, etc.).

6. Proporcionar aos trabalhadores os equipamentos de proteção individual (EPI) adequados aos riscos profissionais e às funções que desempenham e proporcionar formação e/ou informação sobre a sua utilização, colocando-a também de forma acessível a todos.

7. Garantir que nenhum EPI é partilhado, que os equipamentos reutilizáveis são guardados separados do vestuário do dia-a-dia e que os EPI descartáveis são colocados num compartimento à parte, em saco devidamente fechado, e posteriormente colocados no lixo comum, não sendo reciclados nos ecopontos.

8. Rever e atualizar o Plano de Contingência que tiver sido elaborado (nos termos do estabelecido na orientação nº 006/2020 da DGS), em conformidade com a evolução da pandemia, indicando os procedimentos de prevenção, controlo e vigilância decorrentes da evolução epidemiológica e do conhecimento científico sobre o risco de infeção, tendo em atenção as recomendações das autoridades de saúde e envolvendo nessa tarefa os Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho da empresa, os trabalhadores e as suas estruturas representativas (quando existam). Ter em atenção que os planos de contingência devem contemplar o risco de exposição ao vírus nas diferentes atividades, adotando medidas de proteção em cada caso e de acordo com os requisitos aplicáveis em todos os momentos e considerando também a situação epidémica da zona geográfica da empresa, a atividade económica e os recursos humanos disponíveis.

9. Assegurar o arejamento dos locais de trabalho, pelo menos duas vezes por dia (por exemplo, à hora de almoço e ao fim do dia), durante um período mínimo de 5 minutos, sempre que possível reforçando a ventilação natural e assegurando também o reforço da manutenção e limpeza dos filtros do ar e sistemas de ventilação e ar condicionado.

10. Reforçar a limpeza e desinfeção dos locais de trabalho e, especialmente, de zonas comuns, zonas sanitárias, equipamentos, objetos e outras superfícies com as quais haja um contacto frequente, e assegurar o fornecimento suficiente de adequados produtos de limpeza para a realização diária das tarefas de limpeza e higiene e para se poder lidar com qualquer imprevisto;

11. Adotar medidas que minimizem/eliminem contatos múltiplos. Contempla-se aqui, nomeadamente, a criação de alternativas ao registo biométrico utilizado para controlo de assiduidade, a eliminação máquinas de café, a regulação da utilização de meios de acesso comuns (escadas, portas e elevadores, vestiários, instalações sanitárias, etc.), a alteração da disposição de mesas e cadeiras nas salas de descanso ou cantinas (assegurando a distância de segurança), se necessário alargando o horário e regulando o funcionamento das mesmas (perspetivar o fornecimento de refeições em doses unitárias pré-preparadas), assim como a colocação de marcações em pavimentos e/ou informação visível, o limitar o número de trabalhadores nos balneários, copas, refeitórios e no local de controlo de presenças (ex. relógios de ponto) e a criação de horários fixos de utilização e acesso, etc.

12. Reduzir os contactos entre trabalhadores, e entre trabalhadores e clientes e/ou fornecedores, alterando a disposição dos postos de trabalho e/ou colocando ade-

quadas barreiras físicas de proteção, assegurando a uma distância de pelo menos dois metros de outras pessoas e permitindo, quando possível, o isolamento dos trabalhadores que possam realizar as suas tarefas sozinhos com segurança.

13. Estabelecer fluxos de circulação (nomeadamente também de atendimento), restringir acessos apenas às zonas imprescindíveis da empresa e adotar a utilização de alternativas ao uso de elevadores ou limitar o acesso a estes.

14. Flexibilizar e desfasar os horários de trabalho e de pausas e a rotatividade dos trabalhadores (aumentar o número de turnos, diluindo o número de pessoas e sem rotação de equipas).

15. Minimizar o acesso às instalações por parte de pessoas externas à organização (fornecedores, clientes, etc.). Se tal for imprescindível, informá-los sobre as medidas de controlo de infeção por COVID-19 em vigor na empresa e garantir que tomam os procedimentos aduados ao entrarem, nomeadamente que lavam/desinfetam as mãos.

16. Existindo locais de trabalho partilhado, certificar que os mesmos são deixados higienizados pelo trabalhador anterior.

17. Evitar as deslocações de trabalho não essenciais e, quando indispensáveis, limitar a partilha de veículo, reduzir o número de pessoas por viatura ao mínimo, atribuir veículo a equipa fixa, etc.. Ponderar, também, a utilização de máscara pelos ocupantes e equipar os veículos com produtos de higiene e desinfeção das mãos, toalhetes de papel, sacos de lixo e instruções de utilização.

18. Garantir a existência de contentores ou recipientes adequados para depósito de material descartável e de equipamentos de proteção individual (lenços, luvas, máscaras, etc.), tendo em atenção que na situação de se estar perante casos suspeitos ou confirmados de infeção por COVID-19, é necessário isolar o recipiente onde foram colocados resíduos ou outros materiais e que este deve ser imediatamente retirado e substituído; Os sacos devidamente fechados devem ser colocados dentro de um 2.º saco, também este devidamente fechado, e depositados no contentor de resíduos indiferenciados e nunca no ecoponto.

Tal como já assinalado, há que ter a consciência de que não é possível fazer uma desinfeção total, mas que é possível minimizar o risco. Havendo trabalhadores-chave sem os quais a empresa não pode operar, deve ser seriamente ponderado o isolamento desses trabalhadores.

As recomendações acima relembradas, constam de documento elaborado pela Autoridade para as Condições do Trabalho. Documento que se assinala na listagem de acessos seguidamente indicada, na qual se poderá encontrar múltipla informação relativa ao SARS-CoV-2 e à COVID-19, desde aspetos gerais até às regras de prevenção, higiene e segurança no regresso ao trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IInformação suplementar pode ser obtida nas seguintes fontes:

Autoridade para as Condições do Trabalho (2020): recomendações para o regresso ao trabalho.
Disponível em:
https://www.act.gov.pt/(pt-PT)/Itens/Noticias/Documents/19_MEDIDAS-280420.pdf
e
https://covid19estamoson.gov.pt/

Direção-Geral da Saúde (2020): Informação Técnica de Saúde Ocupacional n.º 15/2020 de 17.04.2020. Disponível em:
https://www.dgs.pt/saude-ocupacional/referenciais-tecnicos-e-normativos/informacoes-tecnicas/informacao-tecnica-n-152020-saude-e-seguranca-do-trabalhosaude-ocupacional-medidas-de-prevencao-e-protecao-a-sars-cov-2-covid-19-nas-empresas-pdf.aspx

International Labour Organization (2018): Occupational safety and health in public health emergencies: A manual for protecting health workers and responders. Geneva. Disponível em:
https://www.ilo.org/safework/info/publications/WCMS_633233/lang--en/index.htm

International Labour Organization (2020, March 18): COVID-19 and the world of work: Impact and policy responses. Disponível em:
https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_738753.pdf

International Labour Organization (2020, March 23): Standards and COVID-19 (coronavirus) FAQ. Key provisions of international labour standards relevant to the evolving COVID- 19 outbreak. NORMES. Version 1.2. Disponível em
https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/ed_norm/normes/documents/publication/wcms_739937.pdf

International Labour Organization (2020, March 26). Keys for effective teleworking during the COVID-19 pandemic. Disponível em:
https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_739879/lang--en/index.htm

International Labour Organization (2020, April 6). Prevention and Mitigation of COVID-19 at Work. ACTION CHECKLIST. Disponível em:
https://www.ilo.org/asia/info/public/background/WCMS_740941/lang--en/index.htm

International Labour Organization (2020): In the face of a pandemic: Ensuring Safety and Health at Work.Disponível em:
https://www.ilo.org/global/topics/safety-and-health-at-work/events-training/events-meetings/world-day-safety-health-at-work/WCMS_742463/lang--en/index.htm

Ivanov, I. 2020. Workplaces' preparedness, response and recovery. Presentation for the "Managing workplace safety and health in response to COVID-19" webinar. Disponível em:
https://www.iosh.com/media/7544/ivan-ivanov-covid19-at-the-workplace.pdf

Occupational Safety and Health Administration (OSHA), U.S. Department of Labor (2020): Guidance on Preparing Workplaces for COVID-19. OSHA 3990-03 2020. Disponível em:
https://www.osha.gov/Publications/OSHA3990.pdf

Safe Work Australia (2020): Coronavirus (COVID- 19): Advice for Employers.Disponível em:
https://www.safeworkaustralia.gov.au/covid-19-information-workplaces

World Health Organization (2020): Strategic preparedness and response plan for the new coronavírus. Disponível em:
https://www.who.int/publications/i/item/covid-19-strategy-update---14-april-2020

World Health Organization (2020): Getting your workplace ready for COVID-19. Disponível em:
https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance-publications

World Health Organization (2020, March 3): Getting your workplace ready for COVID-19. Disponível em:
https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/getting-workplace-ready-for-covid-19.pdf?ua=1

World Health Organization (2020, March 9): Q&A ON CORONAVIRUSES (COVID-19). Disponível em:
https://www.who.int/news-room/q-a-detail/q-a-coronaviruses

World Health Organization (2020, March 29). Modes of transmission of vírus causing COVID-19: implications for IPC precaution recommendations. World Health Organization.Disponível em:
https://www.who.int/news-room/commentaries/detail/modes-of-transmission-of-virus-causing-covid-19-implications-for-ipc-precaution-recommendations

aps ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE **SEGURADORES**